

**TIAGO GEINE SANTIAGO**

**O *AMICUS CURIAE* NOS RECURSOS ESPECIAIS  
REPETITIVOS**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de bacharelado em  
Direito do Centro Universitário de Brasília

Orientador: Prof. André Puppim

**BRASÍLIA**

**2010**

*O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário.*

Albert Einstein

Agradeço a todos que de forma direta e indiretamente contribuíram e incentivaram a realizar o presente trabalho. Agradeço primeiramente aos meus queridos pais pelo sacrifício para que eu pudesse chegar aonde cheguei. À minha amada namorada pela compreensão e paciência em todos os momentos.

## RESUMO

Este trabalho monográfico tem como objeto de pesquisa a análise da atuação do *amicus curiae* no julgamento dos recursos especiais repetitivos, procedimento introduzido pela Lei 11.672/2008 que acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil. O novo procedimento tem como escopo a otimização do trabalho do Superior Tribunal de Justiça e de imprimir celeridade à prestação jurisdicional. Neste passo, surge a figura do *amicus curiae*, no qual antes de ser decido o mérito do recurso representativo da controvérsia, o relator poderá admitir a manifestação de terceiros a fim de conhecer o maior número de argumentos antes de proferir a decisão-padrão. Ao longo do presente trabalho serão analisados a figura do *amicus curiae*, o recurso especial e o procedimento introduzido pela Lei 11.672/2008. Ao final, deseja-se analisar a atuação do *amicus curiae* no julgamento do recurso especial representativo da controvérsia.

**Palavras-chaves:** Processo Civil, Recurso Especial Repetitivo, Lei 11.672/2008, Resolução nº 8/STJ, *Amicus Curiae*, Atuação.

## SÚMARIO

INTRODUÇÃO .....	5
1 DO <i>AMICUS CURIAE</i> .....	8
1.1 Conceito .....	8
1.2 Breve esboço histórico do instituto .....	11
1.3 <i>Amicus Curie</i> no Direito Brasileiro .....	14
1.4. O <i>amicus curiae</i> e a intervenção de terceiros .....	17
1.4.1 A assistência e o <i>amicus curiae</i> .....	23
2 O PROCEDIMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS .....	26
2.1 Do Recurso Especial e suas hipóteses de cabimento .....	26
2.1.1 Dos pressupostos específicos do Recurso Especial .....	28
2.1.1.1 Decisão proferida por Tribunal .....	29
2.1.1.2 Exaurimento das vias recursais ordinárias .....	29
2.1.1.3 Prequestionamento .....	30
2.1.1.4 Análise exclusiva da matéria de direito .....	32
2.2 Do procedimento previsto na Lei 11.672/2008 e na Resolução do STJ nº 08/2008 .....	33
2.3 Objeto da Lei 11.672/2008 .....	37
2.3.1 Do aspecto quantitativo .....	38
2.3.2 Do aspecto qualitativo .....	38
2.4 Solicitação de informações aos Tribunais de Origem e a manifestação do Ministério Público .....	39
2.5 Dos meios cabíveis contra a decisão que determina indevidamente o sobrestamento do recurso especial .....	40
2.6 Dos efeitos da decisão-modelo .....	43
3 A ATUAÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO JULGAMENTO DO RECURSO REPETITIVO .....	46
3.1 Quem poderá requerer a admissão como <i>amicus curiae</i> .....	47
3.1.1. Relevância da matéria .....	49
3.1.2. Representatividade .....	51
3.2. Da forma de atuação do <i>amicus curiae</i> .....	53
3.2.1. Momento processual oportuno para requerer a intervenção .....	53
3.2.2 Prazo para prestar as informações .....	56
3.2.3 Da possibilidade da sustentação oral .....	57
3.2. Da (im)possibilidade de recorrer da decisão que inadmite o <i>amicus curiae</i> .....	58
CONCLUSÕES .....	62
REFERÊNCIAS .....	66

## INTRODUÇÃO

O procedimento dos recursos especiais repetitivos, inserido pela Lei 11.672/2008 é mais uma tentativa de imprimir celeridade à prestação jurisdicional e também de desafogar o Superior Tribunal de Justiça, que cada vez mais estava abarrotado de recursos, sendo que muita das vezes, com idêntica matéria de mérito. Ao passo que cada vez mais o legislador cria mecanismos de julgamento em massa, tal como a repercussão geral, súmula obstativa de recursos, etc, vem crescendo, também, uma figura que não é tão difundida na jurisprudência e doutrina pátria, qual seja, o *amicus curiae*.

De acordo com a Lei 11.672/2008, as decisões provenientes do recurso-modelo terão efeitos que não atingirão apenas o caso concreto, mas sim todos aqueles que tenham questão jurídica idêntica e aqueles futuros que tratarão da mesma matéria, o que de certo, atingirá um número indeterminado de pessoas, sendo que o presente trabalho realizará um estudo sobre este novo procedimento conjuntamente com a participação de terceiros estranhos à lide na formulação da decisão modelo, o *amicus curiae*.

Este estudo é de relevante importância, vez que parte do tema é nova e outra parte é pouco difundida, ainda, no Brasil. Pelo fato do *amicus curiae* não ter ampla utilização no Brasil, pelo menos não quanto o é no direito estrangeiro e também pelo fato do procedimento dos recursos especiais repetitivos ser recente, a bibliografia e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça não é abundante, o que demonstra ainda mais relevância do tema.

O objeto presente trabalho monográfico analisará a atuação do *amicus curiae*, mais precisamente daquele que intervém voluntariamente, no procedimento dos recursos especiais repetitivos, de forma a ampliar o debate acerca da matéria, possibilitando aos julgadores o conhecimento dos vários argumentos antes de decidir.

Este trabalho monográfico será dividido em três partes, sendo que no primeiro capítulo será feita uma análise do *amicus curiae*, do seu conceito, sua evolução histórica no direito estrangeiro e no pátrio, bem como se seria de uma hipótese de intervenção de terceiros ou uma hipótese de assistência. Esses dois últimos pontos serão de suma importância para averiguar quais serão os poderes do *amicus curiae* quando do julgamento dos recursos especiais repetitivos.

O segundo capítulo fará, sem pretender esgotar todos os questionamentos acerca dos requisitos de admissibilidade do recurso especial, uma breve análise de cada um deles, e na segunda parte do capítulo, um estudo pormenorizado do procedimento do recurso especial repetitivo, previsto na Lei 11.672/2008 e na Resolução nº 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, o terceiro e último capítulo tratará da atuação do *amicus curiae* no julgamento dos recursos especiais repetitivos, a fim de demonstrar quem poderá requerer a admissão na qualidade de amigo da Corte, como será a sua manifestação, qual o momento oportuno para requerer a manifestação e se a decisão que inadmite sua manifestação é passível de impugnação.

Porém, em virtude da escassa doutrina e jurisprudência sobre o *amicus curiae* no recurso especial repetitivo, será necessário analogia com a atuação desse instituto na Ação

Direta de Inconstitucionalidade e na Repercussão Geral, devido à similitude dos dispositivos que preveem a possibilidade de manifestação do *amicus curiae* nos referidos institutos.



## 1 DO AMICUS CURIAE

### 1.1 Conceito

O *amicus curiae* é um instituto que enaltece a democracia permitindo a participação de terceiros nos julgamentos que irão afetar toda a sociedade.<sup>1</sup>

Para Ademar Ferreira Maciel, “o *amicus curiae* são terceiros que penetram no mundo fechado e subjetivo do processo para discutir objetivamente teses jurídicas que afetarão toda a sociedade”<sup>2</sup>. Ou seja, é o instituto capaz de permitir que terceiros que não compõe a lide, participem no processo para buscar a melhor solução jurídica.

Steven H. Gifis assim define *amicus curiae*:

*Amicus curiae* é o “amigo da corte”, aquele que lhe presta informações sobre a matéria de fato e de direito, objeto da controvérsia. Sua função é chamar a atenção dos julgadores para alguma matéria que poderia, de outra forma, escapar-lhe o conhecimento. Um memorial de *amicus curiae* é produzido, assim, por quem não é parte no processo, com vistas a auxiliar a Corte para que esta possa proferir uma decisão acertada, ou com vistas a sustentar determinada tese jurídica em defesa dos interesses públicos ou privados de terceiros, que serão indiretamente afetados pelo desfecho da questão.<sup>3</sup>

Depreende-se da leitura dos conceitos acima transcritos que o *amicus curiae* é aquele terceiro que se manifesta no processo com o intuito de melhorar a qualidade da prestação jurisdicional.

---

<sup>1</sup> HEINEN, Juliano. A figura do *amicus curiae* como um mecanismo de legitimação democrática do Direito. **Revista Forense**, v. 103, n.392, jul/ago 2007, p. 151.

<sup>2</sup> MACIEL, Ademar Ferreira. “*Amicus Curiae*” um instituto democrático. **Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 70, p. 61-67.

<sup>3</sup> Apud. BINENBOJM, Gustavo. A Dimensão do *Amicus Curiae* no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, Poderes Processuais e Aplicabilidade no Âmbito Estadual. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, n. 4, jan/dez 2004, p. 113.

Cassio Scarpinella Bueno ao analisar a evolução histórica do instituto, conceitua o *amicus curiae* da seguinte forma: “o *amicus curiae* sempre foi e continua sendo um “terceiro” que intervém no processo por provocação judicial ou por livre iniciativa para fornecer ao juízo elementos reputados como importantes, úteis, quiçá indispensáveis, para o julgamento da causa.” E mais, “o *amicus curiae* auxilia o juiz a capturar adequadamente os valores e os elementos informativos dos diversos tipos jurídicos que tanto caracterizam as normas jurídicas mais recentemente.”<sup>4</sup>

O *amicus curiae* seria, ainda, os representantes dos diversos interesses presentes na sociedade e no Estado (devido ao pluralismo) e que serão afetados pela decisão a ser tomada em um dado processo.<sup>5</sup>

Ao analisar a intervenção do *amicus curiae* nos processos de controle abstrato de constitucionalidade, Dirley da Cunha Júnior, o definiu da seguinte maneira:

O *amicus curiae* é um terceiro especial que pode intervir no feito para auxiliar a Corte, desde que demonstre um interesse objetivo relativamente a questão jurídico-constitucional em discussão. É amigo da Corte, consoante resposta de sua tradução mais fiel, podendo ser qualquer pessoa, humana ou jurídica, inclusive os legitimados não proponentes da ação. Apresenta-se como um verdadeiro instrumento democrático que franqueia o cidadão a penetrar o mundo fechado, estreito e objetivo do processo de controle abstrato de constitucionalidade para debater temas jurídicos que vão afetar toda a sociedade. Por meio desse instituto, o Tribunal Constitucional mantém permanentemente diálogo com a opinião pública, como forma de legitimar o exercício da jurisdição constitucional.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 125.

<sup>5</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. *Revista da Escola Nacional da Magistratura*, v. 2, n. 5, abr. 2008, p. 133-134.

<sup>6</sup> CUNHA JÚNIOR, Dirley. A intervenção de terceiros no processo de controle abstrato de constitucionalidade – A intervenção do particular, do co-legitimado e do *amicus curiae* na ADIN, ADC e ADPF. *Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 157-158.

Portanto, o *amicus curiae* intervirá espontaneamente ou a requisição do juízo com vistas a enriquecer o debate a judicial sobre a matéria *sub judice*. Neste sentido, o Supremo Tribunal Federal, na decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes na ADI 2.548/PR acerca da admissão da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP como *amicus curiae*, reconheceu a importância da intervenção do “amigo da Corte” para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, bem como, para a própria legitimação dos julgados daquele Tribunal, senão vejamos:

Não há dúvida, outrossim, de que a participação de diferentes grupos em processos judiciais de grande significado para toda a sociedade cumpre uma função de integração extremamente relevante no Estado de Direito. Em consonância com esse modelo ora proposto, Peter Häberle defende a necessidade de que os instrumentos de informação dos juízes constitucionais sejam ampliados, especialmente no que se refere às audiências públicas e às “intervenções de eventuais interessados”, assegurando-se novas formas de participação das potências públicas pluralistas enquanto intérpretes em sentido amplo da Constituição (cf. Häberle, Peter. *Hermenêutica Constitucional. A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: contribuição para a Interpretação Pluralista e “Procedimental” da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre, 1997, p. 47-48). Ao ter acesso a essa pluralidade de visões em permanente diálogo, este Supremo Tribunal Federal passa a contar com os benefícios decorrentes dos subsídios técnicos, implicações político-jurídicas e elementos de repercussão econômica que possam vir a ser apresentados pelos “amigos da Corte”. Essa inovação institucional, além de contribuir para a qualidade da prestação jurisdicional, garante novas possibilidades de legitimação dos julgamentos do Tribunal no âmbito de sua tarefa precípua de guarda da Constituição. É certo, também, que, ao cumprir as funções de Corte Constitucional, o Tribunal não pode deixar de exercer a sua competência, especialmente no que se refere à defesa dos direitos fundamentais em face de uma decisão legislativa, sob a alegação de que não dispõe dos mecanismos probatórios adequados para examinar a matéria. Entendo, portanto, que a admissão de *amicus curiae* confere ao processo um colorido diferenciado, emprestando-lhe caráter pluralista e aberto, fundamental para o reconhecimento de direitos e a realização de garantias constitucionais em um Estado Democrático de Direito.<sup>7</sup>

Desta forma, a participação do *amicus curiae* é a participação do cidadão na vida pública no âmbito do Poder Judiciário, sendo que se a jurisprudência cria direito no momento

<sup>7</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. **ADI 2.548/PR**. Relator: Min. Gilmar Mendes, DF, 18 de out. de 2005. DJ, 24 de out. de 2005.

em que a norma se perfaz quando da interpretação, os cidadãos podem participar da criação do direito estatal pela interpretação e aplicação do direito, não somente pela representatividade conferida aos legisladores.<sup>8</sup>

Segundo Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá, existem três espécies de *amicus curiae*, quais sejam: (a) aqueles que participam por impulso do juiz; (b) aqueles que sua participação decorre do poder de polícia, e sua intimação é requisito de regularidade do procedimento, como ocorre nos processos envolvendo a CVM e o CADE; e (c) aqueles que intervêm voluntariamente, exercendo o direito próprio de manifestação. Entretanto, embora espécies distintas, as três modalidades convergem, nas palavras do autor em comento, “no sentido de beneficiar a prospecção de dados, fáticos ou jurídicos, para uma solução melhor e mais próxima da realidade.”<sup>9</sup>

## 1.2 Breve esboço histórico do instituto

A origem do *amicus curiae* é incerta ou pelo menos duvidosa. Parte dos estudiosos sustenta que sua origem remete a Roma, outros defendem que o instituto teve sua origem na Inglaterra medieval, e há também aqueles que defendem que o *amicus curiae* é oriundo do direito estaduniense.

Embora haja essa controvérsia a respeito da origem do instituto, certamente foi no direito norteamericano que o *amicus curiae* mais se desenvolveu, tendo larga utilização

---

<sup>8</sup> ROSÁRIO, Luana Paixão Dantas do. *Amicus Curiae*: instituto processual de legitimação e participação democrática no judiciário politizado. **REVISTA DA FAE**, v. 12, n. 2, 2009, 169-170.

<sup>9</sup> DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. Breves considerações sobre o *amicus curiae* ADIN e sua legitimidade recursal. **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista do s Tribunais, 2004, p. 62.

no sistema da *commom law*, tendo em vista que o precedentes vinculam os casos semelhantes futuros.<sup>10</sup>

De acordo com Cássio Scarpinella Bueno, o *amicus curiae* no antigo direito inglês, atuava com o escopo de apontar e sistematizar, atualizando, eventuais precedentes e leis que se supunham, por alguma razão, não ser de conhecimento dos juízes, sendo que os tribunais tinham ampla discricionariedade para admiti-los e para regular seu campo de atuação.<sup>11</sup>

Atualmente, o direito inglês atual, a atuação do *amicus curiae* se dá tão somente nos casos em que o “Attorney General”, função parecida com a do Procurador-Geral da Republica e com a do Advogado-Geral da União, atua em prol de interesses públicos ou para a tutela dos interesses da Corte.<sup>12</sup>

A primeira aparição do *amicus curiae* no direito americano foi em 1812, no caso “The Schooner Exchange vs. MacFadden”. Nele, o *amicus curiae*, atuando na qualidade de “Attorney General” foi admitido para opinar sobre questões inerentes à marinha. Entretanto, foi no caso “Green vs. Biddle”, em 1823, que um terceiro atuou verdadeiramente como *amicus curiae*.<sup>13</sup>

Com o passar do tempo, gradativamente, a jurisprudência norteamericana, principalmente no início do século XX, passou a admitir a intervenção de *amicus* “particulares”

---

<sup>10</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 12.

<sup>11</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 90.

<sup>12</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 92-93.

<sup>13</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 93.

para a tutela de interesses privados. A partir do surgimento deste “*amici privado*”, que atuavam em defesa de interesses próprios e que originou, perante a doutrina e jurisprudência, a distinção entre o *amici* governamental – com maior gama de poderes – e o *amici* privado.<sup>14</sup>

Na *Rule 37* do Regimento Interno da Suprema Corte dos Estados Unidos há o *brief for an amicus curiae*, onde há uma série de requisitos para que se possa ser admitida a intervenção do *amicus curie*. Conforme assevera o Ademar Ferrerira Maciel, a *Rule 37* impõe que o pretendente a intervir como *amicus curiae* deverá: (i) trazer matéria relevante não alegada pelas partes; (ii) ter o consentimento das partes, de igual modo para fazer sustentação oral, entretanto a necessidade do consentimento não se aplica ao “solicitor geral”; e (iii) o arrazoado não poderá ir além de cinco páginas.<sup>15</sup>

De fato, a participação do *amicus curiae* teve importante papel na construção da jurisprudência norteamericana, tendo papel fundamental na própria formação do direito. No caso *Gideon*, em 1963, *Gideon* foi acusado por um crime grave sem a assistência de um advogado. No seu julgamento houve a participação mais de 20 Estados Membros da Federação e outras entidades intervieram na qualidade de *amicus curiae*. No “Caso *Paterson vs. McLean Credit Union*” houve mais de 200 intervenientes na qualidade de *amici curiae*.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 93-94.

<sup>15</sup> MACIEL, Ademar Ferreira. *Amicus curiae* um instituto democrático. **Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 70, p. 61-62.

<sup>16</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 12.

O Canadá, por meio da *Rule 92* do Regimento da Suprema Corte, também prevê a atuação do *amicus curiae*. Na Austrália, mesmo sem previsão legal, o *amicus curiae* também é aplicado.<sup>17</sup>

No que concerne a tese de que o *amicus curiae* seja proveniente do direito romano, este teria uma função de agir com lealdade e colaborar de maneira imparcial com os juízes nos casos em que o deslinde do litígio tratasse de posicionamentos ou situações que não versassem sobre conteúdo eminentemente jurídico, de forma a possibilitar o magistrado a não cometer nenhum equívoco no momento de proferir a decisão.<sup>18</sup>

### 1.3 *Amicus Curie* no Direito Brasileiro

No Brasil, o instituto é relativamente novo, sendo que a primeira vez em que foi utilizada expressamente a nomenclatura “*amicus curiae*” foi no artigo 23, § 1º da Resolução nº 390 de 17 de setembro de 2004 do Conselho da Justiça Federal.<sup>19</sup>

Embora até a edição da Resolução nº 390 do CJF não houvesse sido mencionado expressamente o termo “*amicus curiae*”, a primeira vez em que o instituto apareceu no ordenamento jurídico brasileiro foi em 1978 com a edição da Lei 6.616 que alterou o artigo 31 da Lei 6.385/76, em que foi prevista a participação da Comissão de Valores Imobiliários para prestar esclarecimentos em causas em que forem debatidas questões concernentes as atribuições

---

<sup>17</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 13.

<sup>18</sup> ZERBES, Marcelo. **Reflexões sobre o *Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um mecanismo para realização dos valores do Estado Democrático de Direito**. Disponível em: [http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/070911reflexoes\\_marcelo.php](http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/070911reflexoes_marcelo.php). Acesso em: 09 mar. 2009.

<sup>19</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. ***Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 126.

fiscalizadoras da entidade.<sup>20</sup> Tal possibilidade de participação, conforme assevera Cássio Scarpinella Bueno, justifica-se pelo fato de não ser de fácil compreensão e entendimento sobre o Mercado de Capitais.<sup>21</sup>

A Lei 8.884/94, em seu artigo 89 também prevê a participação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE nos casos em que envolvam a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica. Assim diz o artigo supracitado: “Nos processos judiciais em que se discuta a aplicação desta lei, o CADE deverá ser intimado para, querendo, intervir no feito na qualidade de assistente.” Embora a referida lei mencione o termo assistente, segundo Gustavo Santana Nogueira, essa intervenção seria uma forma de *amicus curiae*, pois o CADE atuaria visando um interesse institucional, e não, um interesse jurídico, requisito necessário para a intervenção como assistente, conforme se verá mais adiante.<sup>22</sup>

O *amicus curiae* também está previsto na Ação Direta de Inconstitucionalidade, na forma do artigo 7º, § 2º, da Lei 9.868 de 10 de novembro de 1999. O dispositivo assim diz: “O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.”

---

<sup>20</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p.13-14.

<sup>21</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 270.

<sup>22</sup> NOGUEIRA, Gustavo Santana. Do *Amicus Curiae*. **Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região**, ano 16, nº 7, jul. 2004. p. 22.



Entretanto, mesmo antes da edição da Lei 9.868/99 o Supremo Tribunal Federal já havia admitido na ADIn nº 748/RS, em que era Relator o Ministro Celso de Mello, a intervenção do *amicus curiae* no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade.<sup>23</sup>

A Lei n. 10.259, de 12 de julho de 2001, que trata dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em seu artigo 14, § 7º prevê que:

§ 7º Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

De acordo com Cássio Scarpinella Bueno, é patente que estamos tratando, embora não há o rótulo, de *amicus curiae*, vez que há a previsão de oitiva de quaisquer interessados que não são partes no processo, bem como a manifestação do Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização.<sup>24</sup>

O artigo 543-A do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 11.418, de 19 de dezembro de 2006, em seu § 6º também prevê a participação do *amicus curiae* na análise da repercussão geral: “o Relator poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.”

---

<sup>23</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. **ADI 748/RS**. Relator: Min. Celso de Mello, DF, 01 de ago. de 1994. DJ, 18 de nov. de 1994.

<sup>24</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 126.

E também, conforme será demonstrado adiante, a Lei 11.672/2008 que introduziu o artigo 543-C ao Código de Processo Civil, em seu § 4º também prevê a possibilidade da participação do aludido instituto.

O *amicus curiae* está cada vez mais ganhando espaço no ordenamento pátrio, sendo que uma das propostas elaboradas pela Comissão de Revisão do Código de Processo Civil, instituída pelo Ato n. 379 de 2009 do Presidente do Senado, José Sarney, prevê a possibilidade da participação do *amicus curiae* a critério do magistrado.<sup>25</sup>

#### **1.4. O *amicus curiae* e a intervenção de terceiros**

Uma questão que deve ser observada é se o *amicus curiae* é uma modalidade de intervenção de terceiros ou não.

Antonio do Passo Cabral define terceiro da seguinte maneira: o conceito de terceiro, todavia, não se apresenta ontologicamente, mas por exclusão, negação: será terceiro todo aquele que não for parte.<sup>26</sup> Por sua vez, Giuseppe Chiovenda, assim definiu parte: “parte é aquele que demanda em seu próprio nome (ou em cujo nome é demandada) a atuação duma vontade da lei, e aquele em face de quem essa atuação é demandada”.<sup>27</sup>

---

<sup>25</sup> SENADO FEDERAL. Disponível em:

[http://www.senado.gov.br/sf/senado/novocpc/pdf/1a\\_e\\_2a\\_Reunião\\_PARA\\_grafica.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/senado/novocpc/pdf/1a_e_2a_Reunião_PARA_grafica.pdf). Acesso em 11 abr. 2010.

<sup>26</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. In Revista de Processo, v.29, n.117, set/out, 2004.

<sup>27</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. vol. 2. Campinas: Bookseller, 1998, p. 278.

Corroborando este entendimento, Athos Gusmão Carneiro, também aduz que o conceito de parte também é obtido por negação, pois serão terceiros aqueles que não forem parte no processo.<sup>28</sup>

Moacyr Amaral do Santos, ao analisar a possibilidade de se estender ao terceiro o conceito de parte, ainda que sob o âmbito das intervenções de terceiros tradicionalmente previstas no Código de Processo Civil, assim entendeu:

“Não são estas terceiras pessoas sujeitos da relação jurídica deduzida em juízo pelas partes, mas de relação jurídica outra que àquela se prende, de modo que a decisão de uma influirá sobre outra. Também não são essas terceiras pessoas *partes* na relação processual originária, na qual intervêm por *provocação* de uma delas, em certos casos, e, noutros, *voluntariamente*. *Terceiros*, pois, são pessoas estranhas à relação de direito material deduzida em juízo e estranhas à relação processual já constituída, mas que, sujeitos de uma relação de direito material que àquela se liga intimamente, intervêm no processo sobre a mesma relação, a fim de defender interesse próprio.”<sup>29</sup>

Portanto, diante do exposto, não há que se confundir terceiros com partes, pois aqueles detém apenas interesse jurídico na relação originária. É notório que o *amicus curiae* não se inclui no conceito de parte, pois, conforme explana Antonio Cabral, não formula pedido, não é demandado e nem é titular da relação jurídica objeto do litígio.<sup>30</sup> Por exclusão, e pelo próprio conceito de terceiros, o *amicus curiae* enquadra-se nesta categoria.

Realizado esta introdução, resta saber se a intervenção do *amicus curiae* seria uma das hipóteses de intervenções de terceiros previstas nos artigos 50 a 80 do Código de Processo Civil.

<sup>28</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 63.

<sup>29</sup> SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 24. ed. rev. e atual. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 18.

<sup>30</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. In **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 16.

De origem latina, a palavra *intervir* (*inter venire*) significa “entrar no meio”, portanto, considerando o conceito etimológico de *intervir*, a manifestação do *amicus curiae* deve ser considerada uma intervenção de terceiros.<sup>31</sup> Entretanto, Antônio Carlos Aguiar diverge e ressalta que o *amicus curiae* não intervém no processo, mas sim, ingressa no processo, pois este seria um auxiliar do juízo. Neste sentido:

O *amicus curiae* é tido como um autêntico auxiliar do juízo. Ele não funciona no processo como um terceiro diretamente interessado, não intervém no processo, na realidade, ele ingressa no processo. Sua função é dar à decisão uma legitimização maior, uma vez que representa os interesses gerais de uma coletividade ou expressa valores essenciais e relevantes do grupo e aprimorar ainda mais as decisões proferidas pelo poder judiciário. A sua participação consubstancia-se em apoio estrutural ao magistrado.<sup>32</sup>

Nas intervenções de terceiros previstas no Código de Processo Civil, o terceiro deverá demonstrar que sua esfera jurídica será afetada pela demanda das partes, ou melhor, sofrerá os efeitos da sentença.

Desta maneira, conforme afirma Athos Gusmão Carneiro, é requisito que o terceiro assista interesse jurídico na causa, nestes termos: “Evidentemente, a intervenção de terceiros somente deve ser aceita sob determinados pressupostos; um deles, ocorrente de todos os casos de intervenção, é de que o terceiro deve ser juridicamente interessado no processo pendente.”<sup>33</sup>

O interesse jurídico nas palavras do Cássio Scarpinella Bueno seria:

---

<sup>31</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 17.

<sup>32</sup> AGUIAR, Antônio Carlos. As Centrais Sindicais na Qualidade de Amicus Curiae. *Revista LTR: Legislação do Trabalho*, ano 68, nº 2, fev. 2004. p. 160.

<sup>33</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. 15. ed. São Paulo. Saraiva, 2003, p. 64-65.

Esse interesse jurídico nada mais é do que a identificação, em processo alheio, isto é, em que são partes outras pessoas, de que há, em alguma medida, algum interesse ou algum direito que diz respeito ao terceiro e que pode vir a ser afetado, prejudicado, em função do que vier a ser decidido naquele processo. O que motiva a intervenção de terceiro em processo alheio, destarte, é a verificação de que a relação jurídica a qual ele, terceiro, integra tem condições de vir a ser afetada por decisão proferida em processo *inter alios*.<sup>34</sup>

Contudo, o interesse do *amicus curiae* também é um interesse "jurídico" por ser um interesse tutelado pela ordem jurídica considerada como um todo. Entretanto, não se trata daquele interesse pertinente às intervenções tradicionalmente previstas no Código de Processo Civil, não sendo, portanto, aquele interesse jurídico subjetivado.<sup>35</sup>

O interesse do *amicus curiae* seria aquele interesse institucional (termo utilizado pelo Cássio Scarpinella Bueno para distingui-lo do interesse jurídico e do interesse jurídico público, o qual legitima a intervenção do Ministério Público na qualidade de *custus legis*). Trata-se daquele interesse especialmente qualificado, que transcende o interesse subjetivo, individual das partes.<sup>36</sup>

Entretanto, segundo Antonio Cabral, não há que se confundir a intervenção de terceiros do Código de Processo Civil com a intervenção do *amicus curiae*, pois esta tem características próprias. Segundo o autor em comento, o *amicus curiae* é um terceiro *sui generis*

---

<sup>34</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 445.

<sup>35</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 504-505.

<sup>36</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 515.

ou especial, de natureza excepcional, sendo que sua intervenção é atípica, ao contrário das intervenções de terceiros previstas no CPC que são típicas.<sup>37</sup>

Corroborando este entendimento, Milton Luiz Pereira aduz que:

No mais, o *amicus curiae* é voluntário participe na construção de assentamentos judiciais para o ideal de pretendida “sociedade justa”, sem confundir-se com as hipóteses comuns de intervenção. Demais, não sofre a rejeição dos princípios básicos do sistema processual edificado. Desse modo, apenas com o propósito de avançar idéias sobre o tema e sem a presunção de abordoamento exaustivo, conclui-se que o *amicus curiae*, como terceiro especial ou de natureza excepcional, pode ser admitido no processo civil brasileiro para partilhar na construção da decisão judicial, contribuindo para ajustá-la aos relevantes interesses sociais em conflito.<sup>38</sup>

Portanto, o *amicus curiae* é um terceiro indiferente, pois tem o intuito de auxiliar o juízo<sup>39</sup>, não interferindo na causa como terceiro interessado, o que o difere das hipóteses de intervenção prevista no Código de Processo Civil.<sup>40</sup>

Para ilustrar a diferença existente entre a intervenção de terceiros e a intervenção do *amicus curiae* no processo, os artigos 7º, *caput*, e 18 da Lei 9.868/99 preveem que não será admitida a intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade e na ação declaratória de constitucionalidade. Tal óbice, conforme explanou o Ministro Celso de Mello na Medida Cautelar na ADIn 2.130, se dá pelo fato que o processo de fiscalização normativa abstrata ser um processo de cunho objetivo. Entretanto, o artigo 7º, § 2º da lei em

<sup>37</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 17.

<sup>38</sup> PEREIRA, Milton Luiz. *Amicus curiae: intervenção de terceiros*. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/16821>. Acesso em: 02 out. 2009.

<sup>39</sup> PINTO, Rodrigo Strobel. *Amicus curiae*: atuação plena segundo o principio da cooperação e o poder judicial. **Revista de Processo**, v. 32, n. 151, set. 2007, p. 132.

<sup>40</sup> MOREIRA, Iara Maria de Castro. O *Amicus Curiae* e a democratização da jurisdição constitucional no Supremo Tribunal Federal. **Revista da Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, v. 14, dez. 2006, p. 189.

comento permitiu a intervenção do *amicus curiae*, conforme sustentou o Ministro Celso de Mello na aludida Ação Direta de Inconstitucionalidade, *verbis*:

A regra inscrita no art. 7º, § 2º da Lei nº 9.868/99 - que contém a base normativa legitimadora da intervenção processual do *amicus curiae* - tem por objetivo pluralizar o debate constitucional, permitindo que o Supremo Tribunal Federal venha a dispor de todos os elementos informativos possíveis e necessários à resolução da controvérsia.

(...)

Cabe registrar, por necessário, que a intervenção do *amicus curiae*, para legitimar-se, deve apoiar-se em razões que tornem desejável e útil a sua atuação processual na causa, em ordem a proporcionar meios que viabilizem uma adequada resolução do litígio.

Na verdade, consoante ressalta PAOLO BIANCHI, em estudo sobre o tema ("Un'Amicizia Interessata: L'amicus curiae Davanti Alla Corte Suprema Degli Stati Uniti", in "Giurisprudenza Costituzionale", Fasc. 6, nov/dez de 1995, Ano XI, Giuffrè), a admissão do terceiro, na condição de *amicus curiae*, no processo objetivo de controle normativo abstrato, qualifica-se como fator de legitimação social das decisões do Tribunal Constitucional, viabilizando, em obséquio ao postulado democrático, a abertura do processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade, em ordem a permitir que nele se realize a possibilidade de participação de entidades e de instituições que efetivamente representem os interesses gerais da coletividade ou que expressem os valores essenciais e relevantes de grupos, classes ou estratos sociais.<sup>41</sup>

Portanto, a intervenção do *amicus curiae* poderá ser admitida nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade e nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade para pluralizar o debate constitucional de forma a conferir maior legitimidade à decisão a ser proferida.

Embora o *amicus curiae* não tenha um interesse jurídico no litígio, requisito necessário para as demais modalidades de intervenção de terceiros, as hipóteses de admissão que o prevê referem-se a ações ou incidentes de caráter eminentemente objetivo, onde não se discute

---

<sup>41</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. **ADI 2130 MC/RS**. Relator: Min. Celso de Mello, DF, 20 de dez. de 2000. DJ, 02 de fev. de 2001.

interesses subjetivos de nenhuma das partes. Conforme explana Carlos Gustavo Rodrigues Del Prá, trata-se na verdade, de um interesse público de controle.<sup>42</sup>

Todavia, segundo Del Prá, a intervenção voluntária do *amicus curiae* deve ser tratada como uma nova modalidade de intervenção de terceiros, pois caso assim não o seja, se estaria restringindo o exercício de determinados poderes processuais, o que pode ocorrer em um esvaziamento da sua função.<sup>43</sup>

#### 1.4.1 A assistência e o *amicus curiae*

A assistência está prevista no artigo 50 do Código de Processo Civil, que assim diz:

Pendendo uma causa entre duas ou mais pessoas, o terceiro, que tiver interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma delas, poderá intervir no processo para assisti-la.

Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.

O assistente, em regra, não defende direito seu, mas sim, o direito da parte assistida com a qual mantém relação jurídica específica que poderá sofrer influencia do julgamento do feito. Desta forma, o assistente deverá demonstrar ter interesse jurídico na causa, interesse este decorrente do prejuízo que se terá caso o litígio for vencido pela parte contrária.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. Breves considerações sobre o *amicus curiae* ADIN e sua legitimidade recursal. **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 64

<sup>43</sup> DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. Breves considerações sobre o *amicus curiae* ADIN e sua legitimidade recursal. **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 64

<sup>44</sup> MONTENEGRO FILHO, Misael. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. Volume I. Editora Atlas. 2. ed. São Paulo. 2006.



A assistência é a figura que mais se assemelha com o *amicus curiae*. Entretanto, não há que se confundir os institutos, pois naquele o terceiro atua no processo para ajudar uma das partes, além de ter que comprovar o interesse jurídico na demanda, enquanto o *amicus curiae*, tem por escopo auxiliar o magistrado a dar uma sentença mais justa ao caso, tendo como interesse o bem da coletividade.<sup>45</sup>

Compartilhando deste entendimento, Antonio do Passo Cabral traz a idéia de que ao contrário do *amicus curiae*, o assistente deverá demonstrar o interesse jurídico na causa. Neste sentido:

De fato é próxima a atuação do *amicus curiae* com aquela do assistente simples e alguns setores doutrinários por vezes ressaltam um suposto “altruísmo” na intervenção assistencial. Todavia, ao contrário do amigo da Corte, o assistente é movido verdadeiramente por interesse jurídico, que é inclusive requisito para sua intervenção não sendo acertado atribuir-lhe tal característica.<sup>46</sup>

Cabral, contudo, ressalta que nada impede que o *amicus curiae* tenha interesse (indireto, reflexo, econômico) no desfecho da causa, bem como não é requisito a demonstração do interesse jurídico para a sua intervenção.<sup>47</sup>

Cássio Scarpinella Bueno, ao analisar os dois institutos, partindo da qualidade do interesse jurídico que motiva a intervenção do assistente e do *amicus curiae*, diferenciou os dois institutos com base na razão de ser da intervenção, vez que o assistente defende interesse

---

<sup>45</sup> MOREIRA, Iara Maria de Castro. O *Amicus Curiae* e a democratização da jurisdição constitucional no Supremo Tribunal Federal. **Revista da Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, v. 14, dez. 2006, p. 189.

<sup>46</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 19.

<sup>47</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 19.

seu, enquanto o *amicus curiae* possui um interesse institucional. Segundo o autor, o assistente seria um interveniente egoísta, pois defende interesse próprio, enquanto o *amicus curiae* seria um interveniente altruísta, vez que não atua em defesa de interesse próprio e sua intervenção tem um interesse institucional, sendo que nessas condições, não tem destinatário certo, preciso, subjetivado, pouco importando quem será o vitorioso da demanda.<sup>48</sup>

A atuação do *amicus curiae* deve ser imparcial, ou seja, o interesse que motiva sua intervenção deve ser desvinculado das posições jurídicas assumidas pelas partes, sendo que o mesmo agirá em prol da Corte e não auxiliando a vitória das partes, sendo que em relação a estes, sua atuação será neutra<sup>49</sup>, o que não coaduna com o entendimento da Ministra Eliana Calmon, que afirmou que o *amicus curiae* teria interesse em ver bem sucedida uma das teses que está sendo discutida, sendo que o mesmo interveria com o intuito de ajudar a parte cuja tese ele defenderia caso se parte fosse.<sup>50</sup>

---

<sup>48</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 438-439.

<sup>49</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 219.

<sup>50</sup> CALMON, Eliana. Recursos Repetitivos. *Revista do TRF 1º Região*, v. 21, n. 12/1, dez/2008 a janeiro/2009, p. 19.

## 2 O PROCEDIMENTO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS

### 2.1 Do Recurso Especial e suas hipóteses de cabimento

O Superior Tribunal de Justiça foi criado pela Constituição Federal de 1988 e tem como escopo uniformizar a interpretação da legislação federal, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito. O STJ é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais.<sup>51</sup>

Segundo Fredie Diddier Junior, “o STJ desempenha uma função paradigmática, na medida em que suas decisões servem de exemplo a ser seguido pelos demais tribunais, com o que se obtém a uniformização da jurisprudência nacional.”<sup>52</sup>

O papel do STJ é exercido, em regra, por meio do julgamento do recurso especial, recurso este de natureza constitucional, ou seja, previsto na própria Constituição Federal e que tem como fulcro dar interpretação uniforme à legislação federal<sup>53</sup>. Suas hipóteses de cabimento estão previstas no artigo 105, III da Constituição Federal.

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

[...]

<sup>51</sup> Informação obtida no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=293](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=293). Acesso em 23 out. 2009.

<sup>52</sup> DIDDIER JR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador: Podivm, 2009, p. 304.

<sup>53</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p. 35.

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

No que tange a alínea “a” do permissivo constitucional, a doutrina distingue os termos “contrariar” e “negar vigência”. Contrariar significa dar sentido diverso à Lei Federal, enquanto negar vigência seria no não reconhecimento da existência da Lei.<sup>54</sup> Segundo Fredie Diddier Junior, o termo contrariar é mais amplo do que negar vigência, nas suas palavras:

Com efeito, contrariar “supõe toda e qualquer forma de ofensa ao texto legal, quer deixando de aplicá-lo às hipóteses que a ele devem subsumir-se, quer aplicando-o de forma errônea ou, ainda, interpretando-o de modo não adequado e diferente da interpretação correta, no sentido do órgão responsável pelo controle ao respeito e pela uniformização do direito federal.”<sup>55</sup>

O termo lei federal abrange a lei complementar federal, lei ordinária federal, lei delegada federal, decreto-lei federal, medida provisória federal e decreto autônomo federal. Diante de tais constatações, não cabe recurso especial por ofensa a portaria, instrução normativa, resolução, decreto-legislativo, parecer normativo.<sup>56</sup> O Ministro Jorge Scartezzini ao analisar quais diplomas poderiam ser objetos de recurso especial entendeu que diplomas inferiores a decretos não poderiam ser alvos do recurso excepcional, conforme trecho do voto:

<sup>54</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. Recursos Especiais Repetitivos no STJ. Editora Método. São Paulo. 2009. p.35.

<sup>55</sup> DIDDIER JUNIOR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador : Podivm., 2009. p. 306.

<sup>56</sup> Ibidem.

Inicialmente, anoto que não se compreendem no conceito de lei federal, portanto não permitem a abertura da instância especial, os atos normativos com hierarquia inferior à do Decreto, tais como resoluções, portarias, circulares e outros.<sup>57</sup>

Quanto à alínea “b” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, também será cabível o recurso especial contra acórdão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal. Conforme explana Didier, neste caso houve um contraste entre o ato do governo local e uma norma federal, sendo que se o ato do governo local foi tido como válido, conseqüentemente a lei federal restou afrontada.<sup>58</sup>

No que diz respeito à alínea “c” do permissivo constitucional, este traduz a própria função do Superior Tribunal de Justiça, que é a uniformização da jurisprudência nacional. Neste sentido, havendo divergência entre órgãos de tribunais diversos, caberá o recurso especial.<sup>59</sup> Entretanto, vale ressaltar que se a divergência for entre órgãos do mesmo tribunal não será cabível o recurso especial, conforme a súmula 13 do STJ, que assim diz: “a divergência entre julgados do mesmo tribunal não enseja recurso especial.”

### 2.1.1 Dos pressupostos específicos do Recurso Especial

O Recurso Especial possui alguns pressupostos, dado o seu caráter excepcional, específicos para a sua admissão e conhecimento. São eles: decisão proferida por Tribunal, exaurimento das vias recursais ordinárias, prequestionamento, análise exclusiva de matéria de direito.

---

<sup>57</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 5ª Turma. **AgRg no Ag 489.031/RS**. Relator: Min. Jorge Scartezini. Brasília, DF, 4 de nov. de 2003. DJ de 19 de dez. de 2003, p. 583.

<sup>58</sup> DIDDIER JUNIOR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador : Podivm., 2009. P. 308.

<sup>59</sup> Ibidem.

### 2.1.1.1 Decisão proferida por Tribunal

O Recurso Especial é cabível contra decisão proferida por Tribunal de Justiça ou por Tribunal Regional Federal, conforme o *caput* do artigo 105, III da Constituição Federal.

Embora fosse uníssona perante a doutrina e perante o próprio Superior Tribunal de Justiça, inclusive com a edição da Súmula 203 do STJ que não seria cabível a interposição de recurso especial contra decisão de turma recursal, o Supremo Tribunal Federal em 26 de agosto de 2009 no julgamento dos Embargos de Declaração no Recurso Extraordinário nº 571.572/BA, por meio do voto da Ministra relatora Ellen Gracie entendeu que o STJ deverá, ainda que provisoriamente, julgar reclamações contestando decisão dos juizados especiais contrária àquela Corte.<sup>60</sup>

### 2.1.1.2 Exaurimento das vias recursais ordinárias

O exaurimento das vias recursais ordinárias é *conditio sine qua non* para a interposição do recurso especial, pois somente será cabível o apelo excepcional de decisões de última ou única instância. Desta maneira, se a parte deixou de utilizar, no decorrer do processo, de algum recurso cabível para a reforma da decisão, não será mais cabível o recurso especial.<sup>61</sup>

“A súmula 207 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que “é inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem” e por analogia a súmula 281 do Excelso Pretório “é inadmissível o recurso

---

<sup>60</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. **ED no RE 571.572/BA**. Relator: Min. Ellen Gracie, DF, 26 de ago. de 2009. DJ, 27 de nov. de 2009.

<sup>61</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.42-43.

extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada” retratam bem a condição do prévio esgotamento das vias recursais ordinárias.

### *2.1.1.3 Prequestionamento*

O requisito do prequestionamento impõe que a matéria alegada em sede de recurso especial tenha sido expressamente analisada na decisão proferida pelo Tribunal. Segundo Fredie Didier Junior., prequestionamento “é uma exigência antiga para a admissibilidade dos recursos extraordinários, segundo o qual se impõe que a questão federal/constitucional objeto do recurso excepcional tenha sido suscitada/analisada na instância inferior.”<sup>62</sup> Nesta esteira:

PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE ATESTA A NÃO COGNOSCIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, ANTE A AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO E A INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM QUE SE BUSCA O REEXAME DE ADMISSIBILIDADE DO APELO. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE DISSENSÃO A SER DIRIMIDA.

I - Consta do acórdão, ora acoimado, ao concluir pela inadmissibilidade do recurso especial, que: "Os dispositivos indicados no recurso especial como violados, à exceção do art. 20, §3º, do CPC, não foram ventilados no acórdão recorrido e a parte não interpôs os necessários embargos declaratórios para provocar a expressa manifestação do Tribunal a quo a respeito, faltando, pois, o requisito do prequestionamento da norma federal invocada (...). É importante lembrar que, para configurar-se o prequestionamento, é necessário que o Tribunal a quo se pronuncie sobre a tese articulada pelo recorrente, exercendo juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e examinando a sua aplicação ou não ao caso concreto, não sendo suficiente apenas que a parte suscite a questão. Com relação ao art. 20, §3º, da Lei Adjetiva Civil, a decisão do Tribunal estadual em fixar os honorários em R\$1800,00 se acha fundamentada na apreciação dos fatos da causa e para chegar-se a conclusão diversa demanda o reexame daquele quadro, vedado ao STJ, ao teor da Súmula n. 7 (...)".

II - De se perceber, portanto, não haver questão de direito a ser dirimida na via angusta dos divergentes. Busca o embargante, em verdade, a reapreciação do especial, cuja não cognoscibilidade foi atestada pelo aresto embargado, em sede de agravo de instrumento (Súmula n. 315/STJ), não havendo, ademais, qualquer

---

<sup>62</sup> DIDDIER JR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador: Podivm, 2009. p. 260.

semelhança entre este e os arestos colacionados como paradigmas, a cuidarem de situações fáticas distintas.

III - Agravo regimental improvido.<sup>63</sup>

Entretanto, segundo Nelson Nery Junior, o prequestionamento não é um requisito de admissibilidade do recurso especial, mas sim uma etapa na verificação da incidência do suporte fático hipotético do recurso no suporte fático concreto. E mais, apesar de haver duas súmulas do Supremo Tribunal Federal (STF 282 e 356) mencionando o prequestionamento como requisito de admissibilidade do recurso, não é dado àquele Tribunal a tarefa de criar requisitos de admissibilidade aos recursos excepcionais, pois esta tarefa foi conferida à Constituição Federal.<sup>64</sup>

Desta forma, caso o Tribunal de origem não se manifeste sobre a matéria federal suscitada, carecendo, portanto de falta de prequestionamento, o recorrente deverá opor os embargos de declaração para tentar sanar a omissão e forçar o prequestionamento. Permanecendo a omissão, a recorrente deverá interpor o recurso especial com base na violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – EFEITO INFRINGENTE - PREQUESTIONAMENTO.

1. Tendo em vista a jurisprudência do STJ sobre embargos de declaração e prequestionamento, não é razoável impor a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC à parte que o opõe com a finalidade de atender requisito de admissibilidade do recurso especial.

2. Necessária a demonstração de que o Tribunal a quo apreciou a tese à luz da legislação federal indicada, mormente quando opostos embargos de declaração, o que não ocorreu na hipótese dos autos.

<sup>63</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Corte Especial. **AgRg na Pet 3.757/RS**. Relator: Min. Francisco Falcão. Brasília, DF, 6 de jun. de 2007. DJ 29 de jun. de 2007.

<sup>64</sup> NERY JUNIOR, Nelson. e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Ainda sobre o prequestionamento – embargos de declaração prequestionadores. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: RT, 2000, p.855.



3. Recusando-se o Tribunal a quo a fazê-lo, rejeitando os embargos de declaração, a orientação desta Corte é no sentido de que o recurso especial deve indicar como violado, sob pena de aplicação da Súmula 211/STJ, o art. 535 do CPC, especificando objetivamente qual a omissão, contradição ou obscuridade a ser suprida.

4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.<sup>65</sup>

Desta forma, o prequestionamento é requisito imprescindível para que o Superior Tribunal de Justiça possa conhecer da matéria do recurso especial, sob pena de incidência da Súmula 211/STJ.

#### *2.1.1.4 Análise exclusiva da matéria de direito*

Dado o caráter excepcional bem como o controle do direito objetivo, é pacífica a orientação do Superior Tribunal de Justiça da impossibilidade de admitir o Recurso Especial para o simples reexame de prova. É o que se depreende da Súmula 07/STJ: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

Entretanto, é possível recurso especial por violação às regras do direito probatório que tratam da valoração e da admissibilidade da prova.<sup>66</sup> Ademais, demonstrando a preocupação da generalização da Súmula 07/STJ para casos complexos e verdadeiramente respaldados na legalidade, o Ministro Luiz Fux proferiu seu voto na Primeira Seção no EREsp N° 254.246 no seguintes termos: “Minha ressalva e a minha irresignação evidentemente é a de que nenhum de nós vai se esconder atrás da Súmula n° 7, porque o ideal seria revogá-la, tantas são as exceções práticas.”<sup>67</sup>

<sup>65</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2° Turma. **EDcl no Resp 987.778/SC**. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, DF, 22 de set. de 2009. DJe, 6 de out. de 2009.

<sup>66</sup> DIDDIER JR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador : Podivm, 2009. p. 256.

<sup>67</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1° Seção. **EResp 254.246/SP**. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, DF, 13 de dez. de 2003. DJ, 12 de mar. de 2007.

## 2.2 Do procedimento previsto na Lei 11.672/2008 e na Resolução do STJ n° 08/2008

O procedimento instituído pela Lei 11.672/2008 que inseriu o artigo 543-C no Código de Processo Civil e que posteriormente foi regulamentado pela Resolução n° 8 de agosto de 2008 do Superior Tribunal de Justiça é na verdade, conforme explica Samir José Caetano Martins, mais uma tentativa de desobstruir o Tribunal, pois a cada ano vem aumentando o número de recursos que são remetidos ao Superior Tribunal de Justiça, sendo que muitos deles são demandas idênticas, reflexos da sociedade de massa em que vivemos.<sup>68</sup>

Trata-se na verdade, segundo entendimento de Fredie Didier Junior, de um julgamento por amostragem, ou seja, “significa que, em casos repetitivos, um ou alguns dos recursos são escolhidos para julgamento pelo STF ou STJ, ficando os demais sobrestados, no aguardo de tal julgamento. É o que se chama de julgamento por amostragem.”<sup>69</sup>

O aumento do número de processos que são remetidos e distribuídos no Superior Tribunal de Justiça anualmente é de fácil constatação, bastando analisar o quadro com os números de processos distribuídos apresentado no *site* desta Corte:<sup>70</sup>

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
<b>Distribuídos</b>	6.103	14.087	23.368	33.872	33.336	38.670	68.576	77.032	96.376	92.107
Ano	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Distribuídos</b>	118.977	150.738	184.478	155.959	226.440	215.411	211.128	251.020	313.364	271.521

<sup>68</sup> MARTINS, Samir José Caetano. O Julgamento de Recursos Especiais Repetitivos (Lei n° 11.672/2008). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 64, julho/2008, p. 114

<sup>69</sup> DIDIER JUNIOR, Fredie. **Editorial** 55. Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/main/noticias/detalhe.jsp?CId=315>. Acesso em: 01 mar. 2010.

<sup>70</sup> Dados extraídos do Boletim Estatístico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/verpagina.asp?vPag=0&vSeq=125>. Acesso em: 09 set. 2009.

Demonstrando o sobrecarregamento de processos e a viabilidade do procedimento relativo aos recursos especiais repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros assim ponderou:

O projeto sancionado representa uma carta de alforria para o STJ. Em 2007, o tribunal julgou mais de 330 mil processos, dos quais 74% referiam-se a questões já pacificadas na corte. Nos últimos três anos, além do tempo dos ministros, foram gastos R\$ 175 milhões com o julgamento de recursos repetitivos. Esses processos lotam os gabinetes e dificultam o julgamento de matérias de maior interesse da sociedade.<sup>71</sup>

De acordo com Marco Aurélio Serau Junior e Silas Mendes dos Reis, o Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) em parceria com o Ministro aposentado Athos Gusmão Carneiro apresentou uma proposta de alteração legislativa, visando dar ao recurso especial, tratamento semelhante dado ao recurso extraordinário nos termos do artigo 543-B do Código de Processo Civil, o que culminou com a edição da Lei 11.672 de 08 de maio de 2008.<sup>72</sup>

A Exposição de Motivos n° 40 do Ministério da Justiça de 05 de abril de 2007 assim expõe:

Sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária a alteração do sistema processual brasileiro com escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> BARROS, Humberto Gomes de. Lei 672/08 vai resgatar o STJ da inviabilidade. Disponível em: [http://www.conjur.com.br/2008-mai-16/lei\\_1167208\\_resgatar\\_stj\\_inviabilidade](http://www.conjur.com.br/2008-mai-16/lei_1167208_resgatar_stj_inviabilidade). Acesso em: 09 set. 2009.

<sup>72</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.50.

<sup>73</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.91.

Portanto, é nítida a finalidade de dar celeridade à prestação jurisdicional e uma razoável duração do processo, nos termos do artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que o legislador acrescentou o artigo 543-C ao Código de Processo Civil.

E mais, segundo Luiz Fux, por força do postulado da isonomia, as causas repetitivas devem receber o mesmo tratamento meritório, sendo que deve se aplicar o precedente judicial, qual seja, o recurso representativo da controvérsia, em caráter *erga omnes*.<sup>74</sup>

Este novo procedimento que estabeleceu o julgamento por amostragem tem o cunho de uniformizar o entendimento sobre a questão de direito que seja objeto de inúmeros recursos especiais, além de prevenir decisões divergentes e a disseminação de processos judiciais sobre o tema debatido.

Para Norma Lúcia Calixto dos Santos, o procedimento relativo aos recursos especiais tem o objetivo de tornar mais criterioso o acesso de determinadas questões a serem apreciadas pelo STJ, prestigiando desta forma as decisões dos tribunais locais e evitando que o Superior Tribunal de Justiça desenvolva um papel de terceiro grau.<sup>75</sup>

O Superior Tribunal de Justiça primeiramente editou a Resolução nº 7, de 14 de julho de 2008 com o intuito de regulamentar o procedimento relativo aos recursos repetitivos, entretanto, em 07 de agosto de 2008, com a mesma finalidade, o STJ editou a Resolução nº 08, revogando a primeira.

---

<sup>74</sup> FUX, Luiz. A Desistência Recursal e os Recursos Repetitivos. **Revista de Direito Renovar**, n. 42, set/dez. 2008, p. 3.

<sup>75</sup> SANTOS, Norma Lúcia Calixto dos. **Comentários à Lei 11.672/08 que versa sobre os Recursos Especiais Repetitivos**. Disponível em [http://www.lfg.com.br/public\\_html/article.php?story=2008103009485044](http://www.lfg.com.br/public_html/article.php?story=2008103009485044). Acesso em: 09 set. 2009.

Conforme asseveram Luiz Rodrigues Wambier e Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos, ambas as resoluções procuraram regulamentar o que seriam recursos “representativos da controvérsia, de acordo com o artigo 543-C, §1º, do CPC, que seriam encaminhados de imediato para o Superior Tribunal de Justiça.”<sup>76</sup>

Depreende-se da leitura da Lei 11.672/2008 que esta possui regras semelhantes às do art. 543-B e seus parágrafos, introduzidos pela Lei 11.418/2006, em que foi instituída a repercussão geral<sup>77</sup> respondendo, assim, aos anseios do IBDP e do ex-Ministro Athos Gusmão Carneiro. Conforme aduz Fernanda Medina Pantoja, este procedimento está inserido na Terceira Fase Processual Civil, tal como a Súmula Vinculante, a Repercussão Geral e a súmula obstativa de recursos, em que se preconiza a celeridade processual.<sup>78</sup>

Desde que o procedimento dos recursos repetitivos foi instaurado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, mais de 260 processos já foram destacados para julgamento pelo rito da Lei 11.672/2008 e o número de recursos que chegam ao Tribunal diminuiu cerca de 34 %.<sup>79</sup> Segundo Eliana Calmon, a distribuição de processos à Primeira Seção do STJ diminuiu cerca de 60% após o procedimento dos recursos especiais repetitivos.<sup>80</sup>

<sup>76</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELLOS, Rita de Cássia Correa de. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 DP STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**. v. 33, n. 163, 2008, p. 32.

<sup>77</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELLOS, Rita de Cássia Correa de. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 DP STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**. v. 33, n. 163, 2008, p. 29.

<sup>78</sup> PANTOJA, Fernanda Medina. Reformas processuais: sistematização e perspectivas. **Revista de Processo**, São Paulo: RT, ano 33, n. 160, jun. 2008, p.108.

<sup>79</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em [http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=94064](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=94064). Acesso em: 1 nov 2009.

<sup>80</sup> CALMON, Eliana. Recursos Repetitivos. **Revista do TRF 1º Região**, v. 21, n. 12/1, dez/2008 a janeiro/2009, p. 20.

### 2.3 Objeto da Lei 11.672/2008

O objeto do procedimento para julgamento dos recursos especiais repetitivos é delimitado no *caput* do art. 543-C do CPC e da resolução nº 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça, em que será objeto os múltiplos recursos que envolverem a mesma questão de direito. Segundo Daniel Moura Nogueira, a idêntica questão de direito seria a similitude entre os recursos especiais no que tange ao mesmo artigo de lei federal, ainda que os casos fáticos divirjam em algum ponto, ou seja, para ser ter vários recursos com a idêntica questão de direito será necessário que os mesmos façam referência ao mesmo dispositivo de lei federal.<sup>81</sup>

Tal posição também é seguida por Luis Felipe Salomão, que afirma: “O mérito da questão é o elemento identificador da controvérsia, que irá determinar a existência ou não de multiplicidade de recursos acerca do tema.”<sup>82</sup>

Segundo Eliana Calmon, os recursos que são considerados repetitivos são aqueles que versam sobre jurisprudência já pacificada nas seções.<sup>83</sup>

O §1º do artigo 543-C do Código de Processo Civil define que caberá ao presidente do Tribunal recorrido admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, ou na concepção da Professora Ada Pellegrini Grinover, o “caso-piloto”<sup>84</sup>, sobrestando os demais. Entretanto, caso o Tribunal de origem não adote esta providência, o relator no Superior Tribunal de Justiça poderá, caso exista jurisprudência dominante sobre a controvérsia ou a matéria já esteja

---

<sup>81</sup> NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, art. 543-C, do CPC. **Revista de Processo**, v. 33, n. 164, 2008, p. 239.

<sup>82</sup> SALOMÃO, Luis Felipe. A Lei nº 11.672/2008 e o procedimento de julgamento dos recursos repetitivos. **Revista do Advogado**, v. 28, n. 103, 2009.

<sup>83</sup> CALMON, Eliana. Recursos Repetitivos. **Revista do TRF 1º Região**, v. 21, n. 12/1, dez/2008 a janeiro/2009, p. 19.

<sup>84</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo: estudos & pareceres**. 2. ed. São Paulo: DPJ Editora, 2008. p.33.

afeta ao colegiado, determinar o sobrestamento dos recursos com matéria idêntica nos tribunais de origem, conforme disposto no § 2º do citado artigo.

A identificação do recurso representativo ou caso-piloto deverá observar o aspecto quantitativo e qualitativo do recurso.

### *2.3.1 Do aspecto quantitativo*

O objeto do procedimento previsto na Lei 11.672/2008 são os múltiplos recursos, desta maneira, a questão de direito deve ser a matéria em vários recursos.

Marco Aurélio Serau Jr. e Silas Mendes dos Reis afirmam que a avaliação de que a questão de direito representa vários recursos deve levar em conta os recursos já existentes, bem como aqueles, que de acordo com informações prestadas pelas instâncias ordinárias, possam ensejar a interposição de recurso especial. Portanto, caso a questão a ser apreciada for singular, o recurso especial deverá ser apreciado sob a ótica do sistema processual anterior, não se aplicando, assim, o regime de suspensão ao apelo extraordinário.<sup>85</sup>

### *2.3.2 Do aspecto qualitativo*

O parágrafo 2º do artigo 1º da Resolução nº 8/2008 do Superior Tribunal de Justiça dispõe que: “Serão selecionados pelo menos um processo de cada Relator e, dentre esses, os que contiverem maior diversidade de fundamentos no acórdão e de argumentos no recurso especial.” Ou seja, deve ser escolhido o(s) recurso(s) que contiver os melhores argumentos a respeito da interpretação sobre a legislação federal a ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça.

---

<sup>85</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.93.

Luiz Rodrigues Wambier e Rita de Cássia Vasconcelos afirmam devem ser escolhidos os que melhor representarem a controvérsia, de maneira que o debate seja o mais completo o possível, independentemente se os acórdãos recorridos serem no mesmo sentido, sendo que havendo acórdãos divergentes, deverão ser escolhidos recursos representativos de cada decisão.<sup>86</sup>

## 2.4 Solicitação de informações aos Tribunais de Origem e a manifestação do Ministério Público

Segundo o § 3º do artigo 543-C do CPC, o relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de 15 dias, aos tribunais federais e estaduais, a respeito da controvérsia. A solicitação poderá ocorrer caso haja necessidade de algum esclarecimento, além daqueles já constantes da subida dos recursos acolhidos pelo presidente do Tribunal de origem.<sup>87</sup>

Segundo, José Eduardo Carreira Alvim trata-se de uma faculdade do relator solicitar as informações aos tribunais de origem, entretanto não há qualquer nexo em solicitar informações a respeito da controvérsia para os tribunais de origem, pois o dispositivo é amplo e não indica a o objeto das informações, sendo que informações a respeito da controvérsia pertine às partes recorrentes e não aos tribunais.<sup>88</sup>

---

<sup>86</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELLOS, Rita de Cássia Correa de. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 DP STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**, v. 33, n. 163, 2008, p. 30.

<sup>87</sup> THEODORO Jr., Humberto. O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 5.8.2008). **Revista Forense**, v. 397, 2008, p. 193.

<sup>88</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, v. 33, n. 162, 2008, p. 177.



Ademais, caso o tribunal de origem não cumpra o prazo de 15 dias para apresentar as informações, não haverá nenhuma consequência, já que o STJ não dispõe de poderes correccionais sobre os tribunais de segundo grau.<sup>89</sup>

O §5º do artigo 543-C do CPC dispõe que “recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.” O parágrafo 4º diz respeito ao *amicus curiae* e será tratado no capítulo seguinte.

A redação do artigo não é clara em afirmar se a intimação do Ministério Público se dará em razão do novo procedimento que irá aplicar uma única decisão em diversos casos análogos ou se o *parquet* será intimado apenas nos casos em que houver necessidade como parte ou *custus legis*. Para Daniel Nogueira, o *parquet* deverá ser intimado apenas nos casos em que atuará como *ope legis*, vez que há a condicionante “se for o caso” na redação do parágrafo.<sup>90</sup> Entretanto, Carreira Alvim, adotando posição diversa afirma que o Ministério Público poderá intervir, pois trata-se do julgamento de um recurso especial que afetará inúmeros processos em que se discute a mesma tese/questão de direito.<sup>91</sup>

## 2.5 Dos meios cabíveis contra a decisão que determina indevidamente o sobrestamento do recurso especial

Com o advento da nova sistemática dos recursos especiais repetitivos previsto no artigo 543-C do Código de Processo Civil, pode ocorrer de a parte insurgir-se contra a decisão do Tribunal *a quo* ou da instância superior que determinou indevidamente a suspensão do recurso

<sup>89</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, v. 33, n. 162, 2008, p. 177.

<sup>90</sup> NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, art. 543-C, do CPC. **Revista de Processo**, v. 33, n. 164, 2008, p. 240.

<sup>91</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, v. 33, n. 162, 2008, p.178.

especial. Entretanto, a lei não especifica e também não é pacificado perante a doutrina qual seria o meio cabível, se seria um pedido de reconsideração, agravo de instrumento, reclamação, medida cautelar, etc.

De acordo como Theotonio Negrão, tal como a parte pode insurgir-se contra a decisão que retém indevidamente o recurso especial, ela também poderá voltar-se com o sobrestamento indevido do mesmo, podendo utilizar-se de medida cautelar, uma simples petição endereçada ao STJ ou agravo de instrumento.<sup>92</sup>

Nesta esteira, o Superior Tribunal de Justiça já entendeu que caso a recorrente deseja afastar a retenção do recurso especial previsto no art. 542, § 3º do CPC, poderá ajuizar medida cautelar para que o recurso especial seja devidamente processado.<sup>93</sup>

Ainda sob a perspectiva do recurso especial retido, o Superior Tribunal de Justiça até já se manifestou no sentido de que desretenção do recurso especial pode ser requerida aquele Tribunal por uma simples petição. Nestes termos:

RECLAMAÇÃO. SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL DETERMINADO PELO DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL A QUO. CONHECIMENTO COMO SIMPLES PETIÇÃO. PLEITO DEFERIDO PARA DETERMINAR-SE A DESRETENÇÃO DO RESP.

- Segundo entendimento manifestado pela Eg. Segunda Seção, a desretenção do recurso especial pode ser pleiteada a este Tribunal através de simples petição.

- Tratando-se de hipótese em que demonstrada a necessidade de pronta entrega da prestação jurisdicional, cabível o destrancamento do REsp, devendo o Sr.

<sup>92</sup> NEGRAO, Theotonio e GOUVÊA, José Roberto F. Código de Processo Civil e legislação processual em vigor. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 775.

<sup>93</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2º Turma. **AgRg no Ag 266.834/PR**. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, DF, 22 de fev. de 2000. DJ, 20 de mar. de 2000.

Desembargador Presidente do Tribunal *a quo* proceder desde logo ao exame de admissibilidade.

Reclamação conhecida como petição e deferida.<sup>94</sup>

Quanto a possibilidade da interposição do agravo de instrumento, o Superior Tribunal de Justiça recentemente entendeu não ser cabível o agravo de instrumento contra a decisão que determina o sobrestamento do recurso especial. Conforme entendimento da Segunda turma, não é cabível o agravo de instrumento pelo fato da decisão que determina o sobrestamento não analisar a admissibilidade do recurso, não havendo, portanto, qualquer despacho denegatório de admissibilidade do recurso especial, pressuposto este necessário para interposição do agravo de instrumento, conforme disposto no artigo 544 do Código de Processo Civil. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL – AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU O SOBRESTAMENTO DO RECURSO ESPECIAL NO TRIBUNAL DE ORIGEM, NOS TERMOS DO ART. 543-C, § 1º, DO CPC – NÃO CABIMENTO.

1. A decisão do presidente do Tribunal a quo que determina o sobrestamento do recurso especial sob o rito do art. 543-C do CPC, não tem cunho decisório.
2. Agravo de instrumento não é cabível ao caso, uma vez que o juízo de admissibilidade do recurso especial sequer foi realizado.

Agravo regimental improvido.<sup>95</sup>

Inobstante a pluralidade de meios possíveis para se impugnar a decisão que equivocadamente suspende o recurso especial, de acordo com Athos Gusmão Carneiro, o mais apropriado seria o recorrente fazer um pedido de reconsideração à Presidência do tribunal de

<sup>94</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2º Turma. **Rcl 727/SP**. Relator: Min. Barros Menteiro, Brasília, DF, 10 de mai. de 2000. DJ, 11 de jun. de 2000.

<sup>95</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 2º Turma. **AgRg no Ag 1.223.072/SP**. Relator: Min. Humberto Martins. Brasília, DF, 09 de mar. de 2010. DJ, 18 de mar. de 2010.

origem demonstrando a falta de similitude entre a questão de direito do recurso piloto e o recurso sobrestado.<sup>96</sup>

## 2.7 Dos efeitos da decisão-modelo

De acordo com o § 7º do artigo 543-C do CPC, julgado o recurso representativo da controvérsia e publicado o seu acórdão/decisão-modelo, os recursos que foram sobrestados na origem terão dois destinos:

i) Terão seu seguimento denegado caso o acórdão recorrido coincidir com o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça no caso do recurso representativo. Ora, se a decisão recorrida coincidir com a posição da Corte Superior, o eventual seguimento do recurso seria inócuo e iria de encontro o propósito do novo procedimento<sup>97</sup>;

ii) Entretanto, se a decisão recorrida divergir da posição adotada pelo STJ, os recursos sobrestados deverão se novamente analisados pelo Tribunal *a quo*. Entretanto, conforme assevera Daniel Moura, esta nova análise se dará tão somente a cerca dos requisitos de admissibilidade do recurso.<sup>98</sup> Quanto a esta segunda situação, trata-se na verdade de uma hipótese de retratação, uma vez que permite ao Tribunal de origem rever sua posição diante da orientação adotada pelo STJ.<sup>99</sup>

<sup>96</sup> CARNEIRO, Athos Gusmão. **Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ**. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/22674>. Acesso em: 12 jan. 2010.

<sup>97</sup> NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, art. 543-C, do CPC. **Revista de Processo**, v. 33, n. 164, 2008, p. 241-242.

<sup>98</sup> NOGUEIRA, Daniel Moura. A nova sistemática do processamento e julgamento do recurso especial repetitivo, art. 543-C, do CPC. **Revista de Processo**, v. 33, n. 164, 2008, p. 241-242.

<sup>99</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELLOS, Rita de Cássia Correa de. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 DP STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**, v. 33, n. 163, 2008, p. 32.

Embora os efeitos da decisão modelo não sejam vinculantes, recentemente a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça entendeu que as decisões contrariarem o julgado repetitivo deverão ser fundamentadas.

Segundo o Ministro Aldir Passarinho Junior, os tribunais *a quo* estavam apenas reiterando sob os mesmos fundamentos as decisões recorridas, sendo que no seu entender, a expressão “novamente examinados” prevista no §7º, II do artigo 543-C do CPC não deve ser interpretada como mera confirmação automática da tese que já foi rejeitada pelo Superior Tribunal de Justiça, mas sim, “uma nova apreciação, fundamentada, da matéria, o que implica, na hipótese de ainda sufragar o entendimento oposto ao já uniformizado pelo STJ, na exposição da argumentação em contrário, rebatendo, objetivamente, as conclusões aqui firmadas.”<sup>100</sup>

Ressalte-se que embora os efeitos da decisão padrão não sejam vinculantes, uma das modificações almejadas pela Comissão formada para elaboração do novo Código de Processo Civil é justamente a atribuição de caráter vinculante dos julgamentos dos processos sob a égide da Lei dos Recursos Repetitivos.<sup>101</sup>

Os recursos sobrestados na origem não serão afetados pela simples publicação do acórdão do STJ, pois, segundo José Eduardo Carneira Alvim, as medidas previstas no § 7º do artigo 543-C do CPC dependem do trânsito em julgado, ou seja, se ainda for passível de recurso

---

<sup>100</sup> Informação obtida pela notícia veiculada no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95185&tmp.area\\_anterior=44&tmp.argumento\\_pesquisa=recurso](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95185&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=recurso). Acesso em: 06 de janeiro de 2010.

<sup>101</sup> Informação obtida pela notícia veiculada no sítio eletrônico do Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96716](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96716). Acesso em: 14 de abril de 2010.

interno ou externo, o pronunciamento previsto no §1º do artigo em comento não será definitivo.<sup>102</sup>

Quanto aos recursos sobrestados no âmbito do próprio Superior Tribunal de Justiça, os efeitos da decisão-modelo irão depender se os recursos já foram distribuídos ou não. Caso tenham sido distribuídos, irão ser julgados monocraticamente pelo relator, conforme o artigo 557 do CPC e artigo 5º, I, Resolução STJ nº 08/2008. Se ainda não tiverem sido distribuídos, os recursos sobrestados serão julgados pelo Presidente do STJ, conforme Resolução STJ nº 03/2008 e artigo 5º, II, Resolução STJ nº 08/2008.

---

<sup>102</sup> ALVIM, José Eduardo Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, v. 33, n. 162, 2008, p. 179-180.

### 3 A ATUAÇÃO DO *AMICUS CURIAE* NO JULGAMENTO DO RECURSO REPETITIVO

A princípio cumpre esclarecer que a admissão do *amicus curiae* no processo ficará a critério do Relator, que entendendo ser necessário, ante a relevância da matéria, solicitar a manifestação de terceiros, conforme disposto no inciso I do artigo 3º da Resolução nº 8/2008 do STJ e do § 4º do art. 543-C do CPC. Portanto, trata-se de uma faculdade, dependendo do subjetivismo do relator, conforme trecho transcrito do voto da Ministra Eliana Calmon proferido nos autos do REsp 1.003.955/RS:

Além disso, como se depreende dos dispositivos acima transcritos, trata-se faculdade do relator e não de norma imperativa. Na hipótese dos autos, entendo que esta Corte já dispõe de elementos suficientes à ampla discussão da controvérsia.<sup>103</sup>

A nova sistemática trazida pela Lei 11.672/2008 e pela Resolução STJ nº 08/2008, embora tenham previsto a possibilidade da intervenção do *amicus curiae*, não disciplinaram como, quando, quem, enfim, não regulamentaram de modo exaustivo as condições do exercício de agir do mesmo.

Ressalte-se que muito tem se falado sobre a abertura pluralista do sistema, ou seja, a abertura à sociedade da interpretação da Constituição, conforme preconizado por Peter Häberle, sendo que: “no processo de interpretação constitucional estão potencialmente vinculados

---

<sup>103</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Seção. **Resp 1.003.955/RS**. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, DF, 12 de ago. de 2009. DJ, 27 de nov. de 2009.

todos os órgãos estatais, todas as potências públicas, todos os cidadãos e grupos, não sendo possível estabelecer-se um elenco cerrado ou fixado com *numerus clausus* de intérpretes.”<sup>104</sup>

Porém, não cabem aos cidadãos e grupos tão somente a interpretação constitucional e a fiscalização dos direitos fundamentais, mas também a fiscalização de todas as questões dotadas de relevância social que envolve a administração dos assuntos comuns a toda sociedade.<sup>105</sup>

É nesse contexto, que se torna necessária uma análise de como se dará essa atuação do *amicus curiae* que ingressa voluntariamente na interpretação da legislação federal a ser aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do recurso especial repetitivo.

### 3.1 Quem poderá requerer a admissão como *amicus curiae*

Conforme já mencionado, a legislação que introduziu o procedimento dos recursos repetitivos não previu quem especificamente poderá ser admitido como *amicus curiae*. Tanto a Lei 11.672/2008 em seu § 4º quanto a Resolução 8/2008 do STJ no art. 3º, inciso I apenas refere-se a pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

Em virtude do próprio procedimento dos julgamentos dos recursos repetitivos, resta saber se aquelas partes que tiveram seus recursos sobrestados poderão, como *amicus curiae*, se manifestar quando do julgamento do recurso-piloto.

---

<sup>104</sup> HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional – A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição**. Tradução de: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997. p. 12.

<sup>105</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. ***Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional***. Curitiba: Juruá, 2008. p. 168.



A Exposição de Motivos da Lei 11.672/2008 afirma em seu parágrafo 11 que o relator, para garantir que todas as questões sejam consideradas quando do julgamento do recurso-piloto, poderá admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades, inclusive daqueles que são partes e tiveram seus recursos sobrestados. Nestes termos:

11. Para assegurar que todos os argumentos sejam levantados em conta no julgamento dos recursos selecionados, a presente proposta permite que o relator solicite informações sobre a controvérsia aos tribunais estaduais e admita a manifestação de pessoas, órgãos, ou entidades, inclusive daqueles que figurarem como parte nos processos suspensos. Além disso, prevê a oitiva do Ministério Público nas hipóteses em que o processo envolva matéria pertinente às finalidades institucionais daquele órgão.<sup>106</sup>

Contudo, de acordo com Homero Francisco Tavares Junior, o relator poderá admitir as partes que tiveram seus recursos sobrestados como *amicus curiae*, entretanto, tal decisão deverá ter cautela, até mesmo para garantir o escopo do novo procedimento, qual seja a celeridade dos julgamentos, o que restaria inviabilizado caso cada parte requeresse a admissão como *amicus curiae* no julgamento do recurso-piloto.<sup>107</sup>

Tal entendimento também é compartilhado, em parte, por Nelson Rodrigues Netto. Segundo o autor em comentário, a admissão das partes que tiveram seus recursos sobrestados não seria a melhor solução, pois poderia ir de encontro com a finalidade do procedimento. Além do mais, adverte, o “interesse na controvérsia” deve ser aquele interesse geral e indireto daqueles sujeitos dotados de representatividade, representando assim, os interesses gerais da coletividade

---

<sup>106</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.93.

<sup>107</sup> TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Resolução 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**, v. 33, n. 166, 2008, p. 197-198.

ou expressando os valores de grupos, classes ou estratos sociais, e não o simples interesse direto no resultado do recurso paradigmático.<sup>108</sup>

Embora a Lei 11.672/008 e a Resolução STJ nº 08/2008 tenha se referido como requisito para a admissão do *amicus curiae* tão somente a relevância da matéria, a jurisprudência tem se posicionado no sentido de ser necessário que o amigo da Corte seja dotado de representatividade, tal como ocorre na Ação Direta de Inconstitucionalidade.<sup>109</sup>

O § 2º do art. 7º da Lei nº 9.868/99, que disciplinou o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, dispõe que: “O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.”

Ante a especialidade de cada requisito que vem sendo cobrado pelos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, oportuno abrir itens distintos para análise de um e de outro.

### 3.1.1. Relevância da matéria

O §4º do art. 543-C do Código de Processo Civil estabelece que:

O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

---

<sup>108</sup> RODRIGUES NETTO, Nelson. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo**, v. 33, n. 163, 2008, p. 240.

<sup>109</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Turma. Pet no Resp 1.148.444/MG. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 06 de abr. de 2010. DJ, 13 de abr. de 2010.

Já o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, por meio da Resolução nº 8/2008 dispõe que o Relator poderá, ante a relevância da matéria, autorizar a intervenção do *amicus curiae*.

Embora ambos os dispositivos mencionem a relevância da matéria como requisito para a admissão do amigo da Corte, nenhum especifica o que seria uma matéria relevante.

O Ministro Humberto Martins, em seu voto no AgRg nos EResp 827.194/SC admitiu a intervenção do Sindicato das Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão-de-obra e de Trabalho Temporário – SINDEPRESTEM como *amicus curiae* por entender que a matéria discutida naqueles autos era relevante. Entretanto, o Ilustre Ministro não definiu o que seria uma matéria relevante por assim dizer, conforme ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL – DEFERIMENTO DE INGRESSO DE SINDICATO COMO AMICUS CURIAE – RELEVÂNCIA DA MATÉRIA – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA AS PARTES.

Esta Corte tem reiteradamente aceito o ingresso do *amicus curiae* nos feitos em que haja relevância da matéria como o presente, no qual se discute a incidência de PIS e COFINS sobre o faturamento das empresas locadoras de mão-de-obra.

Agravo regimental improvido.<sup>110</sup>

Cássio Scarpinella Bueno ao analisar a intervenção do *amicus curiae* na Ação Direta de Inconstitucionalidade, afirmou que o termo relevância da matéria deve ser entendido

---

<sup>110</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Seção. EResp 827.194/SC. Relator: Min. Humberto Martins. Brasília, DF, 09 de set. de 2009. DJ, 18 de set. de 2009.

como um sentimento do relator de necessidade de que outros elementos devem ser trazidos aos autos para auxiliar na formação de sua convicção, desta forma, a relevância seria uma indicação de necessidade de um diálogo entre a norma questionada e os valores dispersos na sociedade civil ou entes governamentais.<sup>111</sup>

Segundo Carlos Del Prá, é justamente a relevância da matéria ou a sua expressão social que justifica o interesse do *amicus curiae* na intervenção, vez que dirá respeito diretamente a uma parcela mais ou menos ampla, senão de toda a sociedade. Desta forma, o objeto da lide e conseqüentemente sua decisão não será relevante apenas para as partes envolvidas, mas também para um dado número de indivíduos.<sup>112</sup>

### 3.1.2. Representatividade

Conforme já mencionado, essa condição para que seja admitida a intervenção do *amicus curiae* não está prevista na Lei 11.672/2008 e nem na Resolução nº 08/2008 do STJ. Ambas apenas mencionam que poderá ser admitida a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

Trata-se de uma condição imposta, por analogia ao procedimento previsto no § 2º do art. 7º da Lei nº 9.868/99, pelo Superior Tribunal de Justiça, conforme o voto da Ministra Eliana Calmon, proferido no julgamento do Resp 1.003.955/RS:

Estabelecidas essas premissas, verifico que os pedidos de intervenção dos terceiros, na qualidade de *amicus curiae*, foram formulados por pessoas jurídicas contribuintes do empréstimo compulsório e que, por isso, além de não contarem

<sup>111</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 140.

<sup>112</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 172-174.

com a necessária representatividade, têm interesse subjetivo no resultado do julgamento.<sup>113</sup>

Ainda neste sentido, confira-se trecho da decisão no qual o Ministro Luiz Fux admitiu a intervenção do *amicus curiae* utilizando expressamente os requisitos previstos no § 2º do art. 7º da Lei nº 9.868/99, desta forma: “À luz do disposto no artigo 7º, § 2º, da Lei 9.868/99, vislumbra-se a relevância da matéria discutida nos autos (objeto de recurso especial submetido ao rito do artigo 543-C, do CPC) e a representatividade da federação requerente (...)”.<sup>114</sup>

De acordo com Cassio Scarpinella Bueno, a representatividade do postulante, na ocasião da ADI, deve ter como referencial o art. 103 da Constituição Federal.<sup>115</sup> Desta forma, seriam legitimados: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; partido político com representação no Congresso Nacional; e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Segundo Gustavo Binenbojm, o postulante, seja órgão ou entidade, deverá congregiar dentre seus afiliados porção significativa tanto qualitativamente quanto quantitativa dos membros dos grupos sociais a serem afetados pela decisão a ser proferida.<sup>116</sup>

---

<sup>113</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Seção. EResp 1.003.995/SC. Relatora: Min. Eliana Calmon. Brasília, DF, 12 de ago. de 2009. DJ, 27 de nov. de 2009.

<sup>114</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Turma. Pet no Resp 1.148.444/MG. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 06 de abr. de 2010. DJ, 13 de abr. de 2010.

<sup>115</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. *Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 141.

<sup>116</sup> BINENBOJM, Gustavo. A Dimensão do *Amicus Curiae* no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, Poderes Processuais e Aplicabilidade no Âmbito Estadual. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, n. 4, jan/dez 2004, p. 120.

Corroborando este pensamento, o Ministro Celso de Mello, ao analisar o pedido de admissão da REBRAF, na ADI 3.045/DF, utilizou um critério quantitativo de representação daquela instituição, conforme trecho do voto transcrito abaixo:

**Cumpre assinalar**, neste ponto, que a REBRAF **congrega** mais de 700 (setecentas) entidades assistenciais filantrópicas, **valendo destacar** aquelas que compõem o seu Conselho Gestor, **relacionadas** a fls. 51/55 **e cabendo mencionar** as que intervieram em sua fundação, mencionadas a fls. 56/60 destes autos, **tudo a evidenciar** que essa Instituição **possui** significativa e adequada representatividade, **que a qualifica** para os fins **a que alude** o § 2º do art. 7º da Lei nº 9.868/99.<sup>117</sup>

Ao caracterizar o *amicus curiae*, Rodrigo Strobel Pinto, assentou que aquele seria um sujeito processual, pessoa natural ou física, de representatividade adequada, que atua em processos cuja matéria seja relevante.<sup>118</sup>

De igual maneira, o Ministro Luiz Fux, nos autos do Recurso Especial nº 1.148.444/MG admitiu a intervenção da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo – FECOMÉRCIO por entender que a entidade tinha a devida representatividade, vez que a mesma é a principal entidade representativa do setor de comércio e serviço no país.<sup>119</sup>

### 3.2. Da forma de atuação do *amicus curiae*

#### 3.2.1. Momento processual oportuno para requerer a intervenção

O inciso I do artigo 3º da Resolução nº 08/2008 do STJ dispõe que:

<sup>117</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. ADI 3.045/DF. Relator: Min. Celso de Mello, DF, 10 de ago. de 2005. DJ, 01 de set. de 2006.

<sup>118</sup> PINTO, Rodrigo Strobel. *Amicus curiae*: atuação plena segundo o princípio da cooperação e o poder judicial. **Revista de Processo**, v. 32, n. 151, set/2007, p. 131.

<sup>119</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1º Turma. Pet no Resp 1.148.444/MG. Relator: Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 06 de abr. de 2010. DJ, 13 de abr. de 2010.

Art. 3º Antes do julgamento do recurso, o Relator:

I – poderá solicitar informações aos tribunais estaduais ou federais a respeito da controvérsia e autorizar, ante a relevância da matéria, a manifestação escrita de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, a serem prestadas no prazo de quinze dias.

Caso o Relator entenda ser a ocasião, poderá solicitar a manifestação do *amicus curiae*, sendo que em alguns casos o próprio Relator já vem indicando algumas instituições, para querendo, se manifestarem no prazo de 15 dias. Nesta esteira:

Na forma do art. 2º, § 1º, da Resolução nº 08/08, do STJ, afeto à Corte Especial o julgamento do presente recurso especial e dos REsp 956.943/PR e 1.112.648/DF, para os efeitos do art. 543-C do CPC.

Oficie-se ao Presidente do STJ, aos Presidentes dos Tribunais Regionais Federais e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça, com cópia dos acórdãos recorridos e das petições de interposição dos recursos especiais, comunicando a instauração do aludido procedimento, para que suspendam o processamento dos recursos especiais que versem sobre os requisitos necessários à caracterização da fraude de execução envolvendo bens imóveis, excetuadas as execuções de natureza fiscal.

Comunique-se aos demais membros da Corte Especial.

**Nos termos do art. 543-C, § 4º, do CPC, dê-se ciência, facultando-lhes manifestação no prazo de quinze dias: (i) ao Advogado-Geral da União; (ii) ao Defensor Público-Geral da União; (iii) ao Conselho Federal da OAB; (iv) à Associação dos Notários e Registradores do Brasil; e (v) ao Instituto Brasileiro de Direito Processual.**

Recebidas as manifestações ou decorrido in albis o prazo acima estipulado, abra-se vista ao Ministério Público Federal, pelo prazo de 15 dias, em cumprimento ao art. 543, § 5º, do CPC.<sup>120</sup> (Grifos nossos)

Em outras ocasiões, também vem sendo admitida a manifestação do *amicus curiae* que solicita espontaneamente sua admissão, desde que preenchido os requisitos do art. 3, I

<sup>120</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 3º Turma. Resp 773.643/DF. Relatora: Min. Nancy Andrighi. Brasília, DF, 24 de Set. de 2009. DJ, 30 de set. de 2009.

da Resolução 08/2008 do STJ. Desta forma, a admissão do *amicus curiae* não dependerá de prévia ciência solicitada pelo Relator. Nestes termos:

1. A extração de cópias para os interessados está autorizada, vedada vista fora de cartório em qualquer hipótese.
2. Os interessados poderão apresentar manifestação por petição, desde que preenchidos os requisitos do art. 3º, inciso I, da Resolução n. 08 de 2008 do STJ.
3. Certifique-se eventual decurso do prazo fixado à fl. 966 e encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.<sup>121</sup>

Contudo, embora o inciso I do artigo 3º da Resolução nº 08/2008 do STJ mencione “antes do julgamento” não é preciso ao afirmar até quando, ou melhor, qual o momento para requerer a admissão como *amicus curiae*, ou seja, poderá ser requerida a admissão um dia antes do julgamento, antes da inclusão em pauta?

A Primeira Seção, na Questão de Ordem suscitada nos autos do REsp 1.003.955/RS indeferiu a admissão da Confederação Nacional da Indústria – CNI pelo fato do processo já estar pautado e o julgamento ter iniciado. Nestes termos: “A Seção, em questão de ordem levantada pelo Min. Benedito Gonçalves, indeferiu o pedido de terceiro para ingressar no feito como *amicus curiae*, ou assistente, uma vez que já pautado e iniciado o julgamento, com dois votos já proferidos.”<sup>122</sup>

---

<sup>121</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Segunda Seção. Resp 969.126/MG. Relator: Min. Luis Felipe Salomão. Brasília, DF, 03 de abri. de 2009. DJ, 06 de abr. de 2009.

<sup>122</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Primeira Seção. QO no Resp 1.003.955/RS. Min. Eliana Calmon, Brasília, DF, 12 de nov. de 2009.



Corroborando com este entendimento, Antônio do Passo Cabral afirma que a intervenção do *amicus curiae* poderá ocorrer durante a instrução processual, não sendo possível, portanto, admissível depois de iniciado o julgamento.<sup>123</sup>

Portanto, o pedido de intervenção na qualidade de *amicus curiae* deverá ser feita antes que o processo representativo da controvérsia seja colocado em pauta ou iniciado o julgamento.

Contudo, o Supremo Tribunal Federal já admitiu a intervenção do *amicus curiae* no julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade e nos casos de repercussão geral após a inclusão do processo em pauta, podendo o *amicus curiae* apresentar memoriais e se for o caso realizar sustentação oral.<sup>124</sup>

### 3.2.2 Prazo para prestar as informações

O artigo 3º, §2º, II da Resolução nº 08/2008 do STJ aduz que os tribunais estaduais ou federais e os terceiros poderão prestar suas informações no prazo de 15 dias. Contudo, fazendo uma analogia ao entendimento do Gustavo Binjenbojm acerca do prazo de manifestação do *amicus curiae* no processo e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, esses prazos não possuem o mesmo termo inicial.<sup>125</sup>

Isto porque quanto aos primeiros e naqueles casos que o próprio relator já designa a intimação de algumas entidades se manifestarem o termo inicial seria a data do

<sup>123</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004, p. 19.

<sup>124</sup> Cita-se: RE 589998/PI; ADI 3842/MG; RE 511961/ SP; RE 566471/RN; RE 576155 / DF.

<sup>125</sup> BINENBOJM, Gustavo. A Dimensão do *Amicus Curiae* no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, Poderes Processuais e Aplicabilidade no Âmbito Estadual. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, n. 4, jan/dez 2004, p. 121.

recebimento do pedido de informações, já quanto aos segundos, no caso de intervenção voluntária, o termo inicial seria a data da publicação da decisão que admite a intervenção do *amicus curiae*.

Se o *amicus curiae*, no caso da intervenção voluntária, depende de uma decisão positiva do relator para intervir no processo, não se pode conceber que o prazo para manifestação flua antes da decisão que admita o postulante na qualidade de *amicus curiae*.<sup>126</sup>

### 3.2.3 Da possibilidade da sustentação oral

Admitida a manifestação do *amicus curiae*, resta saber como se dará a sua manifestação, ou seja, poderá apresentar suas razões oralmente ou apenas ficará restrito a manifestação escrita?

O art. 3º, I da Resolução nº 08/2008 do STJ dispõe que a manifestação do *amicus curiae* será por via escrita, sendo que parte da doutrina também entende desta forma.<sup>127</sup> Neste sentido, o Ministro Sidnei Beneti, ao analisar os Embargos de Declaração opostos pelo Instituto de Defesa do Direito do Consumidor-IDEC opostos nos autos do Recurso Especial nº 1.110.549/RS, ressaltou que a manifestação do *amicus curiae* seria tão somente por via escrita, conforme trecho do voto abaixo transcrito:

Extraí-se dos dispositivos legais transcritos que a autorização de intervenção de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia no Recurso Especial submetido ao rito do art. 543-C do Código de Processo Civil é uma faculdade atribuída ao órgão jurisdicional, por intermédio do Relator, e a atuação do

<sup>126</sup> BINENBOJM, Gustavo. A Dimensão do *Amicus Curiae* no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, Poderes Processuais e Aplicabilidade no Âmbito Estadual. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, n. 4, jan/dez 2004, p. 121.

<sup>127</sup> SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009. p.57.

*amicus curiae* no processo se restringe à manifestação, por escrito, antes do julgamento do Recurso Especial.<sup>128</sup>

Contudo, o próprio Superior Tribunal de Justiça flexibilizou a norma e vem autorizando a sustentação oral do mesmo. Apenas a título de exemplo, houve sustentação oral por parte da FEBRABAN na qualidade de *amicus curiae* no julgamento dos autos do REsp 969.129/MG; nos autos do REsp 1.092.206/SP também houve sustentação oral do *amicus curiae*; o Estado de Minas Gerais e a Confederação Nacional da Indústria – CNI realizaram sustentação oral nos autos do REsp 960.476/SC; dentre outros.

Aliás, conforme asseverado pelo doutrinador Fredie Didier Junior, desarrazoada se mostra a impossibilidade de sustentação oral do *amicus curiae*, pois se a sustentação oral serve para o esclarecimento dos magistrados, o qual é a função primordial do instituto; bem como se o colegiado caracteriza-se pelos debates orais, o que também é o caso; e se o *amicus curiae* participará com fulcro para o aprimoramento da tutela jurisdicional, não há nenhum sentido na proibição que o auxílio que o amigo da corte se dê pela via da sustentação oral, ao invés, tão somente, da via escrita.<sup>129</sup>

### **3.2. Da (im)possibilidade de recorrer da decisão que inadmite o *amicus curiae***

Conforme já mencionado no item 3.2.1, o relator poderá, caso entenda que a matéria seja relevante, admitir a intervenção do *amicus curiae*. Porém, resta saber se é passível de impugnação a decisão sobre a sua intervenção.

<sup>128</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Segunda Seção. EDcl no Resp 1.110.549/RS. Min. Sidnei Beneti, Brasília, DF, 10 de mar. de 2010, DJ 30 de abr. de 2010.

<sup>129</sup> DIDIER JÚNIOR, Fredie. Possibilidade de Sustentação Oral do *Amicus Curiae*. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 8, nov.2003, p. 38.

Ao contrário do § 2º do artigo 7º da Ladin, não há no texto do § 4 do art. 1º da Lei 11.672/2008 e do inciso I, art. 3º da Resolução nº 08/2008 do STJ, o termo “por despacho irrecorrível”. Segundo Del Prá, essa irrecorribilidade incidiria, tão somente, nos casos em que a decisão admitisse o *amicus curiae*, e, por conseguinte, não se aplicaria nos casos de decisão negativa, ou seja, naquelas que inadmitem a intervenção do *amicus curiae*.<sup>130</sup> E mais, de acordo com o doutrinador, não há vedação legal quanto à recorribilidade, em tese, da decisão que indefere a intervenção do *amicus curiae*.

Ainda analisando sob a ótica da Lei 9.868/99, corroborando com este entendimento, Nelson Nery Junior também não exclui esta possibilidade de impugnação da decisão que inadmite o *amicus curiae*, vez que ainda que haja esta suposta irrecorribilidade, nada impede que o Supremo Tribunal Federal não possa rever a decisão quando entender que isso seja conveniente ou oportuno, sendo que essa revisão poderá ser *ex officio* ou por requerimento (agravo interno – meio para devolver ao colegiado a decisão que foi decidida monocraticamente).<sup>131</sup>

Ao analisar a possibilidade de impugnação das decisões que inadmite a intervenção do *amicus curiae*, Carlos Del Prá assim assevera: “Em todas as hipóteses em que a lei autoriza a intervenção voluntária do *amicus curiae*, as decisões sobre sua admissão e sobre a forma do seu agir são passíveis de impugnação por recurso.”<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 153.

<sup>131</sup> NERY JR, Nelson. *Teoria Geral dos Recursos*. 6. Ed. São Paulo: RT, 2004, p.69.

<sup>132</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 158.

Tal entendimento também é corroborado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, conforme ementa da ADIn 3.615/PB abaixo transcrita:

ACÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS POR AMICUS CURIAE. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE. INTERPRETAÇÃO DO § 2º DA LEI N. 9.868/99.

1. A jurisprudência deste Supremo Tribunal é assente quanto ao não-cabimento de recursos interpostos por terceiros estranhos à relação processual nos processos objetivos de controle de constitucionalidade.

**2. Exceção apenas para impugnar decisão de não-admissibilidade de sua intervenção nos autos.**

3. Precedentes.

4. Embargos de declaração não conhecidos.<sup>133</sup>(Grifos Nossos)

Ainda neste sentido: ADI 3.105-ED/DF, Rel. Min. Cezar Peluso, DJ 23/02/2007; ADI 4.022/AL, Rel. Min. Marco Aurélio, DJ 25/04/2008.

Ademais, não haveria que se falar em falta de legitimidade para recorrer, vez que o *amicus curiae* possui uma função de extrema relevância, qual seja, de contribuir para o deslinde de questões que transcendem aos interesses das partes que compõem o processo. Segundo Del Prá, se o *amicus curiae* possui legitimidade para pleitear sua intervenção, também a possui para interpor recursos contra a sua eventual inadmissão, até mesmo em virtude da controlabilidade das decisões.<sup>134</sup>

O Superior Tribunal de Justiça antes mesmo da edição da Lei 11.672/2008 já havia analisado e admitido um pedido de reconsideração no caso da não admissão no feito na

<sup>133</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Pleno. ADI 3.615/PB. Relatora: Min. Cármen Lúcia. Brasília, DF, 17 de mar. de 2008. DJ, 25 de abr. de 2008.

<sup>134</sup> DEL PRÁ, Carlos Gonçalves Bueno. *Amicus curiae: instrumento de participação democrática e de aperfeiçoamento da prestação jurisdicional*. Curitiba: Juruá, 2008. p. 159.

qualidade litisconsortes passivos necessários, ou de assistentes litisconsorciais, ou ainda de *amicus curiae*. Naquela ocasião o Ministro João Otávio de Noronha reconsiderou sua decisão e proveu o Agravo Regimental da Associação Brasileira de Expostos ao Amianto para admiti-los na qualidade de *amicus curiae*.<sup>135</sup>

---

<sup>135</sup> SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Primeira Seção. MS 12.459/DF. Relator: Min. João Otávio Noronha. Brasília, DF, 24 de out. de 2007. DJ, 03 de dez. de 2007.

## CONCLUSÕES

A Lei 11.672/2008 que inseriu o art. 543-C ao Código de Processo Civil que foi posteriormente regulamentado pela Resolução nº 08/2008 do Superior Tribunal de Justiça instaurou um novo procedimento para julgamento dos recursos especiais que versarem sobre a mesma matéria questão de direito. Desta forma, não se trata de um novo requisito de admissibilidade do recurso, mas tão somente um novo procedimento para julgamento do mesmo.

Em suma, este novo procedimento visa imprimir celeridade e racionalidade ao julgamento dos recursos especiais repetitivos, evitando-se assim, decisões distintas ao mesmo caso e o abarrotamento de inúmeros processos a serem julgados com matéria já pacificada pelo órgão julgador, o que até o presente momento vem sendo alcançado com êxito, vez que o número de processos distribuídos diariamente no Tribunal reduziu sensivelmente.

O art. 543-C do CPC juntamente com a Resolução nº 08/2008 do STJ define quem escolherá o recurso representativo da controvérsia, como se dará a coleta de informações para o julgamento, quais serão os efeitos da decisão.

Desta forma, será escolhido um ou alguns recursos especiais que melhor representarem a controvérsia, e a decisão que for aplicada nestes, serão aplicados nos demais que já se encontrarem no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e poderá ser aplicada pelos Presidentes dos Tribunais de origem, o qual poderá negar seguimento ao Recurso Especial ou retratar-se. Contudo, a decisão-modelo que for adota no recurso representativo da controvérsia

não tem efeito vinculante, sendo que desta forma, o tribunal de origem poderá divergir da decisão, mantendo a decisão recorrida fundamentando-a para tanto.

Neste diapasão, uma vez que a decisão proferida em um recurso que a princípio teria um efeito apenas entre as partes transcende aos interesses não só destes, valorizando-se assim o precedente, surge a necessidade de pluralizar o debate acerca da matéria a fim de possibilitar aos julgadores o maior número informações para que a decisão possa ser a mais acertada possível.

A atuação do *amicus curiae*, tal qual ocorre no procedimento de julgamento das Ações de Controle de Constitucionalidade e na Repercussão Geral, visa permitir que aqueles que serão afetados pela decisão a ser proferida, desde que tenham a devida representatividade, possam se manifestar em um processo que normalmente não o poderiam.

A participação do *amicus curiae* no âmbito do procedimento dos recursos especiais repetitivos ainda é singela, pois o procedimento tem menos de dois anos de implementação, sendo que algumas questões ainda não foram efetivamente respondidas pelo Superior Tribunal de Justiça, tais como: (i) aqueles que tiveram seus recursos sobrestados poderão ser admitidos como *amicus curiae*?; (ii) a decisão que inadmitir o *amicus curiae* é passível de impugnação?

Contudo, devida a semelhança entre os dispositivos que admitem a manifestação do *amicus curiae* na Lei da ADI e da Lei 11.418/2006, por analogia é possível chegarmos a algumas conclusões amparadas pelas decisões do Supremo Tribunal Federal.



Na prática, o Superior Tribunal de Justiça tem exigido como requisito para admissão do *amicus curiae*, embora não conste na Lei 11.672/2008 e na Resolução nº 08/2008 do STJ, a representatividade do requerente, tal como ocorre na Lei 9.868/99. Sendo que em alguns casos, o Ministro Luiz Fux admitiu expressamente ter utilizado por analogia os requisitos previstos na Lei 11.672/2008. Desta forma, para ser admitido como *amicus curiae* o requerente deverá preencher o binômio representatividade/relevância da matéria.

A atuação do *amicus curiae* também é algo que não observa estritamente a previsão normativa, vez que esta assevera que o amigo da Corte poderá se manifestar através de memórias, porém o que se observa na prática é que sua atuação vai além da simples apresentação de memorial, havendo também a possibilidade de sustentação oral.

Outra questão que ainda não está definitivamente delimitada é o momento oportuno para requerer a manifestação, vez que em alguns casos tem sido admitida a manifestação do *amicus curiae* quando requerida antes da inclusão do processo em pauta e em outros casos esse questão tem sido abrandada, sendo possível a admissão do requerente.

Contudo, há de se ter em mente que o *amicus curiae* é um instituto que tem o intuito de aprimorar o debate acerca de dada matéria, sendo que no âmbito do procedimento dos recursos especiais repetitivos, sua função será de fornecer ao julgador o maior número de informações sobre a matéria pendente de julgamento que por ventura não foi suscitada nos recursos representativos da controvérsia, oferecendo dessa forma, uma maior gama de elementos para que a decisão a ser proferida seja a mais acertada possível.

Desta forma, as regras pertinentes a possibilidade de intervenção do *amicus curiae* devem ser abrandadas para admiti-lo sempre que for conveniente vez que o debate será o mais amplo possível.

Portanto, se a sua função é de aprimorar o debate e por consequência, melhorar a prestação jurisdicional com uma decisão mais acertada, não há porque implementar meios para restringir a sua manifestação, mas tão somente sobrepesar se sua manifestação irá contribuir de alguma forma para o debate, não sendo inócua e não ir de encontro com o objetivo do procedimento que é racionalidade e celeridade a prestação jurisdicional no âmbito do Superior Tribunal de Justiça.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Carlos. As Centrais Sindicais na Qualidade de *Amicus Curiae*. **Revista LTR: Legislação do Trabalho**, ano 68, nº 2, fev. 2004.

ALVIM, José Eduardo Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. **Revista de Processo**, v. 33, n. 162, 2008.

BARROS, Humberto Gomes de. **Lei 672/08 vai resgatar o STJ da inviabilidade**. Disponível em: [http://www.conjur.com.br/2008-mai-16/lei\\_1167208\\_resgatar\\_stj\\_inviabilidade](http://www.conjur.com.br/2008-mai-16/lei_1167208_resgatar_stj_inviabilidade). Acesso em: 09 set. 2009.

BINENBOJM, Gustavo. A Dimensão do *Amicus Curiae* no Processo Constitucional Brasileiro: Requisitos, Poderes Processuais e Aplicabilidade no Âmbito Estadual. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, n. 4, jan/dez 2004.

BUENO, Cassio Scarpinella. ***Amicus Curiae* no Processo Civil Brasileiro: um terceiro enigmático**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUENO, Cassio Scarpinella. Quatro perguntas e quatro respostas sobre o *amicus curiae*. **Revista da Escola Nacional da Magistratura**, v. 2, n. 5, abr. 2008.

CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – O *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen Interesses*. **Revista de Processo**, v.29, n.117, set/out, 2004.

CALMON, Eliana. Recursos Repetitivos. **Revista do TRF 1º Região**, v. 21, n. 12/1, dez/2008 a janeiro/2009.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Intervenção de Terceiros**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CARNEIRO, Athos Gusmão. **Primeiras observações sobre a lei dos recursos repetitivos no STJ**. Disponível em <http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/handle/2011/22674>. Acesso em: 12 jan. 2010.

CHIOVENDA, Giuseppe. Instituições de Direito Processual Civil. vol. 2. Campinas: Bookseller, 1998.

CUNHA JÚNIOR, Dirley. A intervenção de terceiros no processo de controle abstrato de constitucionalidade – A intervenção do particular, do co-legitimado e do *amicus curiae* na ADIN, ADC e ADPF. **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DEL PRÁ, Carlos Gustavo Rodrigues. Breves considerações sobre o *amicus curiae* ADIN e sua legitimidade recursal. **Aspectos polêmicos e atuais sobre os terceiros no processo civil e assuntos afins**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

DIDIER JR, Fredie e CUNHA, José Carneiro. **Curso de Direito Processual Civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processos nos tribunais**. 7. ed. Salvador: Podivm, 2009.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Editorial 55**. Disponível em: <http://www.frediedidier.com.br/main/noticias/detalhe.jsp?CId=315>. Acesso em: 01 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Possibilidade de Sustentação Oral do *Amicus Curiae*. **Revista Dialética de Direito Processual**, n. 8, nov.2003.

FUX, Luiz. A Desistência Recursal e os Recursos Repetitivos. **Revista de Direito Renovar**, n. 42, set/dez. 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo: estudos & pareceres**. 2. ed. São Paulo: DPJ Editora, 2008.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica Constitucional – A Sociedade Aberta dos Intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e procedimental da constituição**. Tradução de: Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HEINEN, Juliano. A figura do *amicus curiae* como um mecanismo de legitimação democrática do Direito. **Revista Forense**, v. 103, n.392, jul/ago 2007.

LEI Nº 11.672, de 08.05.2008. Acresce o art. 543-C à Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. DOU 09.05.2008.

MACIEL, Ademar Ferreira. “*Amicus Curiae*” um instituto democrático. **Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 70.

MARTINS, Samir José Caetano. O Julgamento de Recursos Especiais Repetitivos (Lei nº 11.672/2008). **Revista Dialética de Direito Processual**, São Paulo, n. 64, julho/2008.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. Volume I. Editora Atlas. 2. ed. São Paulo. 2006.

MOREIRA, Iara Maria de Castro. O *Amicus Curiae* e a democratização da jurisdição constitucional no Supremo Tribunal Federal. **Revista da Fundação da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**, v. 14, dez. 2006.

NEGRAO, Theotonio e GOUVÊA, José Roberto F. **Código de Processo Civil e legislação processual em vigor**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

NERY JR, Nelson. **Teoria Geral dos Recursos**. 6. ed. São Paulo: RT, 2004.

NERY JR, Nelson. e WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Ainda sobre o prequestionamento – embargos de declaração prequestionadores. **Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outras formas de impugnação às decisões judiciais**. São Paulo: RT, 2000.

NOGUEIRA, Gustavo Santana. Do *Amicus Curiae*. **Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região**, ano 16, nº 7, jul. 2004.

PANTOJA, Fernanda Medina. Reformas processuais: sistematização e perspectivas. **Revista de Processo**, São Paulo: RT, ano 33, n. 160, jun. 2008.

PEREIRA, Milton Luiz. *Amicus curiae: intervenção de terceiros*. Disponível em: <http://bdjur.stj.gov.br/dspace/handle/2011/16821>. Acesso em: 02 out. 2009.

PINTO, Rodrigo Strobel. *Amicus curiae*: atuação plena segundo o princípio da cooperação e o poder judicial. **Revista de Processo**, v. 32, n. 151, set/2007.

RESOLUÇÃO Nº 08 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, de 07.08.2008. Estabelece os procedimentos relativos ao processamento e julgamento de recursos especiais repetitivos. DJe 08.08.2008.

RODRIGUES NETTO, Nelson. Análise crítica do julgamento “por atacado” no STJ (Lei 11.672/2008 sobre recursos especiais repetitivos). **Revista de Processo**, v. 33, n. 163, 2008.

ROSÁRIO, Luana Paixão Dantas do. *Amicus Curiae*: instituto processual de legitimação e participação democrática no judiciário politizado. **REVISTA DA FAE**, v. 12, n. 2, 2009.

SALOMÃO, Luis Felipe. A Lei nº 11.672/2008 e o procedimento de julgamento dos recursos repetitivos. **Revista do Advogado**, v. 28, n. 103, 2009.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 24. ed. rev. e atual. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2008.

SANTOS, Norma Lúcia Calixto dos. **Comentários à Lei 11.672/08 que versa sobre os Recursos Especiais Repetitivos**. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 09 set. 2009.

SENADO FEDERAL. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/sf/senado/novocpc/pdf/1a\\_e\\_2a\\_Reunião\\_PARA\\_grafica.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/senado/novocpc/pdf/1a_e_2a_Reunião_PARA_grafica.pdf). Acesso em 11 abr. 2010.

SERAU JUNIOR, Marco Aurélio e REIS, Silas Mendes. **Recursos Especiais Repetitivos no STJ**. São Paulo: Método, 2009.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: [http://www.stj.gov.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=293](http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=293). Acesso em 23 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95185&tmp.area\\_anterior=44&tmp.argumento\\_pesquisa=recurso](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=95185&tmp.area_anterior=44&tmp.argumento_pesquisa=recurso). Acesso em 06 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em  
[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=94064](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=94064). Acesso em: 1º nov 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
<http://www.stj.jus.br/webstj/Processo/Boletim/verpagina.asp?vPag=0&vSeq=125>. Acesso em: 09 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Disponível em:  
[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96716](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=96716). Acesso em: 14 de abril de 2010.

TAVARES JUNIOR, Homero Francisco. Recursos especiais repetitivos: aspectos da Lei 11.672/2008 e da Resolução 8/2008 do STJ. **Revista de Processo**, v. 33, n. 166, 2008, p. 197/198.

THEODORO JR., Humberto. O novo art. 543-C do Código de Processo Civil (Lei nº 11.672, de 5.8.2008). **Revista Forense**, v. 397, 2008.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e VASCONCELLOS, Rita de Cássia Correa de. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 DP STJ) nos processos coletivos. **Revista de Processo**. v. 33, n. 163, 2008.

ZERBES, Marcelo. **Reflexões sobre o Amicus Curiae no Processo Civil Brasileiro: um mecanismo para realização dos valores do Estado Democrático de Direito**. Disponível em:  
[http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/070911reflexoes\\_marcelo.php](http://www.tex.pro.br/wwwroot/00/070911reflexoes_marcelo.php). Acesso em: 09 mar. 2009.